

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
HABILITAÇÃO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ATHINA LOUISE SCHMITT

AGRICULTURA ECOLÓGICA PARA QUÊ(M)?:

Estudo de representações sociais sobre a natureza entre agricultores de base ecológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

Porto Alegre

2015

ATHINA LOUISE SCHMITT

AGRICULTURA ECOLÓGICA PARA QUÊ(M)?:

Estudo de representações sociais sobre a natureza entre agricultores de base ecológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Porto Alegre

2015

BANCA EXAMINADORA

GUILHERME FRANCISCO WATERLOO RADOMSKY

LORENA CÂNDIDO FLEURY

ORIENTADOR:

JALCIONE ALMEIDA

CONCEITO: A

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão plena a todos aqueles que contribuíram para que a caminhada até aqui fosse dotada de solidariedade, aprendizado e desnaturalização. Cada ser e cada conexão foram de significativa importância para o meu amadurecimento acadêmico e pessoal.

Agradeço a todos que, pacientemente, ouviram minhas descobertas entusiasmadas e dispuseram parte de seu precioso tempo a discutir e teorizar comigo.

Meu agradecimento especial a todos os agricultores que confiaram na integridade deste trabalho e abriram as portas de suas vidas para me receber e, principalmente, ao Prof. Dr. Jalcione Almeida pela orientação e pelos valiosos conhecimentos compartilhados comigo.

Toda gratidão e amor que houver nesta vida ao Bruno, meu melhor amigo, colega e companheiro, já que a cada novo florescer fui abraçada de forma a sentir todo o acalento, conforto e apoio dos braços seus.

Essencial é agradecer, também, à mãe natureza, por despertar tanto amor, comoção, alegria e interesse e por retribuir todo esse carinho e zelo em cada encontro com o Sol.

RESUMO

Ao longo do tempo as sociedades humanas atribuíram diversos significados para a natureza e formas de relacionamento com ela, mas apesar da pluralidade de cosmovisões a intervenção humana na natureza sempre foi justificada como o meio de garantir a sobrevivência da espécie. A agricultura, como consequência da modernização passou por um processo intensivo de introdução de aparatos tecnológicos e técnicas científicas em nome da produtividade. As sociedades modernas acabaram por estabelecer formas de apropriação dos “recursos naturais” que contribuíram para a sua escassez, gerando preocupações quanto às suas possibilidades de regeneração. No início dos anos 70, em oposição ao padrão produtivo dominante, começou a surgir um amplo conjunto de propostas de produção alternativas, visando à sustentabilidade dos “recursos”. Alguns agentes sociais, entre eles agricultores de base ecológica, se propuseram a romper com a lógica dominante e a atuar de forma mais harmoniosa com a natureza. Pra quê (m)? O objetivo deste trabalho consiste, portanto, em identificar e compreender quais as representações sociais sobre a natureza entre agricultores de base ecológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, através do estudo sobre as motivações que os levam a produzir de forma ecológica. As experiências de agricultura de base ecológica referidas nesta pesquisa apontam para esta encruzilhada: a adoção de práticas agroalimentares sustentáveis é fruto de um novo padrão produtivo, da necessidade de reproduzir a segurança alimentar, das influências discursivas atuais, sem romper com a ideia de natureza à disposição da humanidade, ou seja, de uma preservação da natureza para a preservação da humanidade? Ou é mais profundo e suas causas estão pautadas na noção de natureza como ser vivo dotado de essência própria e, portanto, merecedora de ter seus direitos salvaguardados? Permanecer no espaço rural, produzindo segundo princípios sustentáveis, pode ser promissor e, ao mesmo tempo, trazer bem-estar à população. Além disso, resgata a agricultura desgastada em função da industrialização Respeitando-se os ciclos naturais, contribui-se para a regeneração dos “recursos” e alcança-se a sustentabilidade cultural, econômica, política, social e também ecológica. A consciência emergente do pertencimento à natureza, da existência de risco para as gerações futuras e da responsabilidade para com elas, tem sensibilizado as pessoas. Portanto, percebe-se uma estreita relação entre a opção pela produção ecológica e valores.

Palavras – chaves: Representações Sociais; Natureza; Agricultura Ecológica.

ABSTRACT

Over time, human societies have attributed different meanings to nature and our forms of relationship with it, but despite the plurality of worldviews, human intervention in nature has always been justified as a mean of ensuring the species' survival. Agriculture, as a consequence of modernization, went through an intensive process of introduction of technological devices and scientific techniques in name of productivity. Modern societies eventually establish forms of appropriation of the "natural resources", what has contributed to its scarcity, raising concerns about its regeneration capacity. In the early 70's, in opposition to the dominant productive standard, a wide range of alternative production proposals began to emerge, aiming for the sustainability of the "resources." Some social workers, including ecological basis farmers, proposed to break up with the dominant logic and to work more harmoniously with nature. For what (who)? The objective of this study is therefore to identify and understand the social representations of ecologic basis farmers of the Taquari Valley, Rio Grande do Sul, in the nature, through the study of the motivations that lead them to produce through an environmental friendly manner. The experiences of ecological basis agriculture, referred in this research, point to this crossroad: Is the adoption of sustainable agrifood practices the result of a new production standard, of the need to reproduce food security, of the current discursive influences, without breaking up with the idea of nature to disposal of mankind, in other words, the preservation of nature for the preservation of mankind? Or is it deeper and their reasons are guided by a notion of nature as a living being that has its own essence and therefore worthy of having its rights protected? To stay in rural areas producing according to sustainable principles can be promising and at the same time bring well-being to the population. In addition, it rescues agriculture outworn by industrialization. Respecting the natural cycles contributes to the regeneration of the "resources" and achieves cultural, economic, political, social and also ecological sustainability. The emerging awareness of our belonging to nature, the existence of risk for the future generations and our responsibility toward them have touched people. This way, we can perceive a close relation between the choice of ecological basis production and values.

Key - words: Social Representations; nature; Ecological agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da região do Vale do Taquari.....	17
Figura 2. Produção Agroecológica de AR1, em Arroio do Meio/RS.....	57
Figura 3. Encontro de Troca de Sementes Crioulas em Arroio do Meio/RS	57
Figura 4. Frutos da groselheira utilizados para a fabricação de sucos de AR3, em Arroio do Meio/RS.....	58
Figura 5. Berinjelas produzidas por C1 exclusivamente para o abastecimento das escolas municipais, em Colinas/RS.....	59
Figura 6. Açude usado para a irrigação da produção de C2, em Colinas/RS. Fonte: Autora...	59
Figura 7. Plantação de mandioca de L1, em Lajeado/RS.....	61
Figura 8. Cará utilizado na fabricação de pão de L2, em Lajeado/RS.	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CNPO.....: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
- EMATER/RS : Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- IBGE.....: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAPA.....: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA.....: Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PNAPO.....: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- OCS.....: Organização de Controle Social
- OGM.....: Organismos Geneticamente Modificados
- ONG.....: Organização Não Governamental
- PAA.....: Programa de Aquisição de Alimentos
- PIB.....: Produto Interno Bruto
- PNAE.....: Programa Nacional de Alimentação Escolar
- RS.....: Representações Sociais
- SISORG.....: Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
- SPG.....: Sistemas Participativos de Garantia
- STR.....: Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UFRGS.....: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ARCABOUÇO TEÓRICO – METODOLÓGICO.15	
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO	16
1.2 EXPERIÊNCIA DE CAMPO	20
2 O LUGAR DA NATUREZA NA VIDA HUMANA.....	23
2.1 ENTRE HUMANOS E NATUREZA	23
2.3 NATUREZA, UM SUJEITO DE DIREITO?	29
3 O CARÁTER MULTIFORME DA AGRICULTURA.....	37
3.1 O SONHO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	37
3.2 OS FRUTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	39
3.2.1 Exclusão Social, desemprego no campo e êxodo rural.	39
3.2.2 Impactos Ambientais.....	40
3.3 A SUSTENTABILIDADE DOS PROCESSOS AGRÍCOLAS.....	43
3.4 A CIÊNCIA AGROECOLÓGICA E A TÉCNICA DE PRODUÇÃO ORGNÂNICA.....	46
3.4.1 Transição e Certificação.....	48
4 O VALE DO TAQUARI E A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA.....	51
4.1 AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL	51
4.2 DESCRIÇÃO DO VALE DO TAQUARI	53
4.3 AS EXPERIÊNCIAS NA AGRICULTURA ECOLÓGICA	62
4.3.1 Quanto às motivações.....	62
4.3.2 Quanto às dificuldades	67
CONCLUSÕES.....	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	78

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa se insere nas representações sociais sobre a natureza entre agricultores de base ecológica do Vale do Taquari - RS. Mais especificamente, em compreender quais as ideias formadas a respeito da natureza e se elas são as motivações por trás da produção agroalimentar ecológica.

Contam-me que, quando bem pequena, já segurava cartazes em frente à casa de meu avô, protestando contra a derrubada de árvores. Não me recordo. No entanto, lembro-me de, “desde sempre”, sentir muita compaixão pelos animais e de me sentir confortável em meio à natureza e conectada a ela.

No decorrer dos anos, o interesse pelas questões ambientais e, posteriormente, pelas rurais, fez com que eu buscasse aprofundar o conhecimento a respeito de ambas temáticas. Por sorte (ou azar, se considerar as causas), é progressiva a atenção pública que estes temas vêm recebendo e constante as suas abordagens em rodas de conversa, debates políticos, preocupações por parte de organismos internacionais e estudos científicos.

A motivação para esta pesquisa está centrada, portanto, tanto em aspectos pessoais, na medida em que ela tangencia as duas áreas pelas quais mais tenho apreço e interesse, como em aspectos acadêmico-profissionais, considerando que é um campo bastante promissor.

A escolha pelo Vale do Taquari é consequência da minha ligação com a região, já que cresci em Lajeado. Além disso, a região tem promovido diversas iniciativas com propósitos ecológicos com a população rural, ainda que em níveis bastante díspares. Novamente, dois motivos me levaram para lá. Realizar a pesquisa no Vale do Taquari foi, portanto, a forma encontrada de estabelecer uma relação de reconhecimento, valorização e reciprocidade com a região.

As sociedades humanas, ao longo do tempo, atribuíram diversos significados para a natureza, de acordo com os fatores culturais socioeconômicos e políticos e estabelecendo formas de relacionamento com ela. Apesar disso, o ser humano sempre realizou intervenções na natureza alegando garantir os meios para a sua sobrevivência.

Em muitas culturas o universo inteiro é percebido como um ser vivo onde não há separação entre humanos e natureza. Entretanto, na modernidade ocidental, na relação entre seres humanos e natureza predomina a perspectiva de uma natureza a serviço dos humanos; uma natureza objeto, mero reservatório de recursos e depósito de resíduos.

Atualmente, há uma clara incapacidade das sociedades modernas em encontrar meios para lidar com a natureza sem destruí-la e na origem dos principais problemas ambientais estão as formas particulares de organização social, na maioria das vezes capitalistas.

O desenvolvimento, objetivo primeiro das sociedades modernas, tem sua raiz no discurso hegemônico de progresso econômico, produto da globalização. Para alcançá-lo, a humanidade intensificou a produção física e propiciou o progresso tecnológico, a expansão das comunicações e as descobertas científicas. Na agricultura também houve significativas mudanças: para atender a essas novas proposições, o setor agroalimentar sofreu inúmeras influências, tais como a manipulação das condições ambientais e a engenharia genética de sementes. Os impactos afetam a saúde humana e o equilíbrio ambiental, por reduzir de maneira significativa os micro-organismos responsáveis pela biodiversidade do solo e por gerar altos índices de emissão de dióxido de carbono na atmosfera, comprometendo, inclusive, a capacidade de cultivos futuros.

No que diz respeito ao Brasil, os avanços científicos e as inovações tecnológicas, difundidas a partir da Revolução Verde, foram responsáveis por alavancar a economia brasileira e aumentar a produção de alimento, contribuindo, conseqüentemente, pela diminuição da fome crônica. Apesar disso, a modernização da agricultura trouxe inúmeros resultados negativos para o país, tais como a exclusão social, o desemprego no campo e o êxodo rural, além de inúmeros impactos ambientais.

As atividades agrícolas passaram por um processo intensivo de introdução de aparato tecnológico e técnicas científicas em nome da produtividade. O acelerado ritmo de crescimento, por meio da expansão agropecuária de *commodities* que o Brasil vem experimentando, requer a abusiva utilização do “pacote tecnológico”, priorizando a quantidade em detrimento da qualidade dos processos, poluindo o ar e água e desrespeitando a capacidade de regeneração dos solos. A natureza constitui-se, portanto, como objeto da sociedade moderna e cujos fenômenos podem ser adaptados para atender às necessidades humanas.

O sonho da modernidade afirmou, por muito tempo, que os “recursos” eram infinitos e que qualquer problema de escassez poderia ser remediado por intermédio dos avanços científicos e tecnológicos. No entanto, diante de todas as conseqüências decorridas em nome dela, as sociedades contemporâneas precisaram rever a antiga pretensão de dominação sem restrição dos humanos sobre a natureza.

Já no início dos anos de 1970, a partir da percepção da crise do padrão moderno de agricultura e da oposição ao padrão produtivo dominante, começou a surgir um amplo

conjunto de propostas de produção alternativas. Nos anos 1990, muitas dessas experiências foram denominadas genericamente de agricultura sustentável, entre elas as que neste trabalho serão chamadas de “agricultura de base ecológica”.

A mudança do modelo convencional para o ecológico está em transição em várias partes do Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul. No Vale do Taquari, região central deste Estado, existem diversas experiências de produção ecológicas. Nesta pesquisa irei apresentar três municípios que apresentam características bastante distintas: Arroio do Meio, Colinas e Lajeado. Enquanto que o primeiro município possui um grupo de agricultores orgânicos, em que alguns são certificados e outros estão em processo de obtenção de selo, denominado “Grupo de Agricultores Ecologistas do Forqueta”, no segundo município há cerca de cinco anos são desenvolvidos trabalhos de conscientização e promoção do conhecimento para a agricultura sustentável, no entanto, nenhum deles possui certificado; no terceiro município, embora enfrente oposição por parte dos agricultores locais em adotar métodos ecológicos, conta com uma pequena quantidade de agricultores engajados individualmente.

Algumas comunidades rurais do capitalismo periférico percebem a natureza de modo distinto das formas modernas dominantes, utilizando o meio natural de maneiras muito próprias: pensam, relacionam-se e experimentam a natureza como um ser sagrado, dotado de essência própria. Por isso, mantê-la preservada é um dever da humanidade. Há, entre os agricultores entrevistados, motivações semelhantes a esta, para a agricultura de base ecológica? .

O objetivo central da pesquisa consiste em compreender, portanto, quais as representações sociais da natureza entre agricultores de base ecológica no Vale do Taquari. Ou seja, quais as ideias formadas a respeito da natureza e se elas são as motivações por trás da produção agroalimentar ecológica. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se a) identificar e caracterizar os agricultores de base ecológica no empírico adotado e, desse modo, b) identificar e caracterizar os seus sistemas de produção e mapear as principais representações sociais.

A preocupação com a finitude dos “recursos” é um problema atual e pode atingir todos os grupos sociais, já que todos nós dependemos da preservação da Terra para sobrevivermos – se considerarmos que a manutenção da vida humana só é possível numa base material. Agricultores de base ecológica, por praticarem uma agricultura bastante próxima do manejo ambiental natural, relacionam-se com a natureza de forma amigável, já que prezam pela sustentabilidade de seus processos e elementos.

A hipótese central indica que agricultores de base ecológica realizam processos cautelosos de manejo ambiental, levando em conta os limites e respeitando o tempo da sua regeneração porque entendem a natureza como um organismo vivo dotado de valor intrínseco, provedora e importante aliada da vida humana.

Dentre as motivações para a produção agrícola ecológica, uma delas consiste na preocupação com a finitude dos “recursos” e na possibilidade, portanto, deles faltarem às gerações futuras. E também por questões relacionadas à saúde, seja no sentido de evitar a contaminação dos produtores ao manusear agrotóxicos e pesticidas, seja em promover a produção de alimentos mais saudáveis.

Este trabalho está dividido em cinco seções, além desta Introdução. O **Primeiro Capítulo** expõe o percurso e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa.

O **Capítulo 2**, intitulado “O lugar da natureza na vida humana”, apresenta um breve resgate histórico da relação entre humanos e natureza, desde as cosmovisões da Idade Média, na qual à natureza era atribuído o papel de entidade sagrada, até a atualidade, em que o discurso moderno hegemônico supõe ser senhorio da natureza e, portanto, acredita poder dominá-la, sempre com o pretexto de melhorar o bem-estar humano.

A seguir, o **Capítulo 3**, denominado “O caráter multiforme da agricultura”, demonstra como a modernização da agricultura no Brasil, baseada no desenvolvimento científico e técnico das práticas agrícolas, surgiu com a promessa de solucionar os problemas de abastecimento de alimentos para o meio urbano e de elevar as exportações primárias, que estavam estagnadas. Entretanto, para além das benfeitorias, tais como o aumento na produção de alimento e a expressiva elevação das exportações dos produtos primários, a modernização do campo trouxe inúmeros malefícios sociais e ambientais.

O **Capítulo 4**, intitulado “O Vale do Taquari e a Agricultura de Base Ecológica” refere, muito brevemente, a gênese da agricultura de base ecológica no Rio Grande do Sul, apresenta alguns dados importantes para compreender a estrutura socioeconômica do Vale do Taquari e, portanto, entender como as alternativas à agricultura moderna têm assumido, ainda que lentamente, um papel de destaque na região. O capítulo também apresenta os municípios de Arroio do Meio, Colinas e Lajeado e as visitas e entrevistas realizadas com os agricultores de base ecológica. Além disto, para apreender as representações sociais entre agricultores de base ecológica sobre a natureza é necessário investigar as principais motivações e também as dificuldades, a fim de encontrar possíveis contradições. Portanto, são expostas também as

motivações relacionadas a aspectos relacionados à saúde, natureza, economia, influências externas e de cunho político-organizativo por trás da produção ecológica.

A última seção deste trabalho são as **Conclusões**, em que é exposta a existência de uma estreita relação entre a opção pela produção ecológica e valores onde, além da confiabilidade na origem do alimento, palavras como consciência, ética e responsabilidade foram muitas vezes citadas, indicando que o produzir sustentável vai muito além de questões técnicas e econômicas.

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ARCABOUÇO TEÓRICO – METODOLÓGICO

Antes de apresentar os métodos adotados para este trabalho, é fundamental destacar as Representações Sociais (RS) como referencial analítico – metodológico. A teoria das RS deve seu desenvolvimento em grande parte à Serge Moscovici, importante pesquisador da área da Psicologia Social. Segundo ele, as representações sociais são o conjunto de crenças e ideias, ordenadas a partir de modelos culturais e sociais, que fornecem quadros de concepção e interpretação da realidade cotidiana. Elas têm como desígnio categorizar, nomear e rotular objetos e, além de orientar o comportamento, remodelar e reconstituir os elementos do ambiente em que o comportamento ocorrerá. Também a definem e a agregam a um código comportamental e relacional maior (MOSCOVICI, 2003). Ao atuar como reguladoras e orientadoras de comportamento, as RS podem ser consideradas uma maneira específica de compreender e comunicar os pensamentos de um grupo.

As Representações Sociais são mutáveis e dinâmicas e refletem os pensamentos, imagens e ideias de um grupo (agricultores), sobre determinado tema (natureza), dentro de um contexto sócio – histórico (agricultura de base ecológica na atualidade) e, portanto, estão sempre relacionadas à realidade objetiva do grupo. Nesse sentido, elas têm por finalidade tornar familiar algo não familiar (MOSCOVICI, 2003). Nessa familiarização, dois processos atuam em parceria: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem, de acordo com FLEURY (2008, p. 58), “é um processo que transforma algo estranho e perturbador que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que parece apropriada”. Já a objetivação “é o processo em que se anseia descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou seja, reproduzir um conceito em uma imagem”.

Ou seja, a ancoragem atua de forma a movimentar pessoas, objetos e acontecimentos, dispondo-os em categorias e rotulando-os com um nome, enquanto a objetivação tira daí os subsídios para associá-los e reproduzi-los no mundo exterior para, com isso, “fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido” (MOSCOVICI, 2003, p. 78).

A partir disso, é possível afirmar que as RS da natureza entre agricultores de base ecológica são construídas com base em uma rede de conceitos, ideais e valores que vão desde suas visões de mundo até as modernas teorias científicas, passando, possivelmente, por crenças religiosas e também pelas mais variadas características culturais. Isso significa que elas estão sendo constantemente influenciadas pelos recortes que fazemos do mundo real, pelas classificações das entidades que compõem a natureza e pelo nosso próprio conhecimento dos fenômenos naturais (ABRANTES, 1998).

As Representações Sociais são elaboradas a partir do “senso comum”, mas o fato de não serem enquadradas numa teoria científica não lhes confere importância menor. Para explicar os fenômenos, naturais ou sociais, o conhecimento científico utiliza ferramentas analíticas e princípios explicativos, já que sua construção pressupõe levar em conta todas as possibilidades a respeito de um assunto, diferentemente do senso comum, que “ não precisa ser constantemente testado e validado” (PEREIRA, 2013, p. 19). No entanto, o conhecimento científico precisa, por sua vez, considerar os saberes e conhecimentos cotidianos, orientados pela prática dos agentes sociais. Nas passagens da teoria científica para o senso comum, num processo mediado pelo diálogo entre os indivíduos, a RS redescobre nos grupos sociais uma explicação para o mundo e que orienta o comportamento dos indivíduos no grupo.

“Sendo as representações sociais um conhecimento coletivo, é fundamental identificar o grupo que as veicula, situar o seu conteúdo simbólico e relacioná-lo funcionalmente a um contexto intergrupal específico” (FLEURY, 2008, p.72).

Partindo desta reflexão, para os resultados desta pesquisa tentou-se descrever e compreender as posições apresentadas pelos agricultores de base ecológica, sem limitar a uma única versão os fenômenos tomados como objeto de suas representações. Pretendeu-se, ainda, explorar os diversos enfoques da realidade que, formulados a partir de determinado contexto social, constituem a complexidade do objeto escolhido: a natureza.

É importante mencionar, ainda, a importância da sensibilidade que a pesquisadora precisa fazer aflorar para “ler nas entrelinhas” as dinâmicas e os discursos de um grupo. Ao mesmo tempo, é imprescindível manter o distanciamento pessoal/emocional a fim de evitar que ideias sejam especuladas. Isto implica em, de um lado, aproximar-se o máximo possível do empírico e, de outro, distanciar-se de qualquer pré-julgamento a respeito do objeto das RS, garantindo, assim, a neutralidade e a confiabilidade da pesquisa.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada em duas etapas principais: a primeira, “exploratória”, consistiu na apropriação do tema e reconhecimento do campo; a segunda, “empírica”, compreendeu a imersão efetiva no campo.

As Representações Sociais podem ser desvendadas a partir de métodos quantitativos e qualitativos, mas o método utilizado para orientar esta pesquisa foi o qualitativo, considerando que, e de acordo com SPINK (2004), a pesquisa sobre RS, por estar comprometida com situações naturais e complexas, precisa uma abordagem qualitativa,

entendendo-se por isso a “tradição específica dentro das ciências sociais que depende essencialmente da observação de pessoas em seus próprios territórios e da interação com estas pessoas através de sua própria linguagem e seus termos” (SPINK, 2004, p. 103).

Segundo FARR (1993 *apud* SÁ, 1998), embora a teoria das representações sociais não exija nenhum método específico de pesquisa, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas são frequentemente empregadas. O método qualitativo foi considerado, portanto, fundamental para compreender o conteúdo das entrevistas com os discursos que se interpõem à natureza, objeto das representações sociais desta pesquisa.

A pesquisa teve como área de abrangência os municípios de Arroio do Meio, Colinas e Lajeado, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, e foi conduzida de fevereiro até início do mês de junho de 2015.

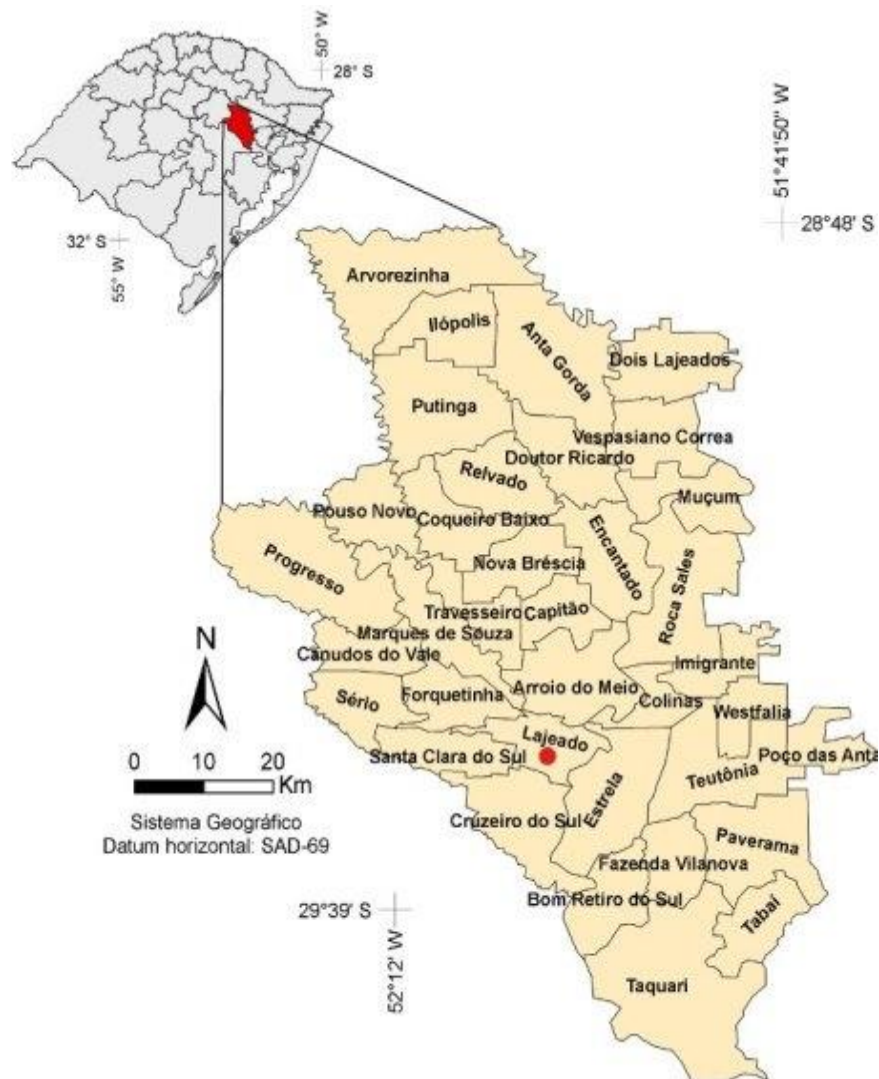


Figura 1. Mapa da região do Vale do Taquari.
Fonte: SESCON-RS

Inicialmente foi aprofundada a revisão bibliográfica em torno das representações sociais e sobre os temas abordados neste trabalho, tais como a relação entre humanos e natureza, agricultura e ecologia. Também foi feita a pesquisa documental e a coleta de material sobre as áreas específicas de interesse. A partir da reunião de todas as informações foi verificado que o acesso aos agricultores de cada município deveria ser feito por vias distintas umas das outras. Nesse sentido, o campo exploratório, ainda que breve, foi essencial para a problematização e escolha do referencial teórico – metodológico.

Concluída a etapa inicial de reconhecimento do campo, partiu-se para a apreensão das representações sociais sobre a natureza entre agricultores de base ecológica. Nesta segunda etapa foram feitas as visitas orientadas por informantes – chave, os registros fotográficos e realizadas as entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise. O diário de campo foi utilizado como ferramenta auxiliar, sendo possível anotar impressões particulares sobre a produção de base ecológica, tais como a logística, e sobre os dizeres dos entrevistados e as suas expressões corporais, como manifestação de incerteza ou descaso, por exemplo.

Conforme GIL (2008), a entrevista é um método eficiente para obtenção de dados mais profundos acerca do comportamento humano, portanto, são de extrema relevância no estudo das Representações Sociais.

Já nas primeiras entrevistas foi identificada a necessidade de incluir algumas questões a fim de superar lacunas existentes. As questões incluídas no roteiro de entrevistas foram lidas, para evitar qualquer tipo de constrangimento, considerando que os entrevistados poderiam não possuir domínio de leitura - o que em dado momento, inclusive, se confirmou. Da mesma forma e pelas mesmas razões, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido também foi lido e a autorização por parte dos entrevistados foi consentida verbalmente. Tanto o Roteiro de Entrevista como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estão apresentados nos Apêndices A e B, respectivamente.

Como a intenção desta pesquisa era proporcionar um espaço aberto e não diretivo para que, de forma espontânea, os entrevistados pudessem expressar sentimentos e opiniões acerca do manejo rural ecológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O roteiro de entrevistas foi construído a partir da ótica dimensional de Moscovici (1978). Para a sua construção, foi feita a delimitação dos eixos natureza – agricultura – ecologia, que apareceram como os elementos essenciais para problematizar o objeto das Representações. As perguntas foram organizadas e apresentadas em blocos conforme os elementos norteadores e outras que pudessem indicar os elementos que perpassam as

dimensões “campo representacional”, “informação” e “análise”, nas quais se processam a construção das representações sociais.

Segundo MOSCOVICI (1978, p.71), as dimensões “fornecem uma panorâmica do conteúdo e do sentido” das RS, sendo assim escolhidas para a análise das entrevistas. De acordo com MORA (2002 *apud* FLEURY, 2008), o campo de representação diz respeito à expressão hierarquizada dos conteúdos de uma representação, ou seja, é a sua valoração. A informação, por sua vez, corresponde aos conhecimentos do grupo sobre determinado fenômeno social, que no caso desta pesquisa é a agricultura guiada segundo princípios ecológicos¹. E, por fim, a atitude, remete ao posicionamento do agente frente ao fenômeno.

Como forma de auxiliar na introdução da entrevista, foi utilizado também o recurso da indução de palavras. O procedimento consiste em solicitar ao entrevistado que diga quais as palavras que lhe vêm à mente quando o entrevistador pronuncia determinadas palavras. Neste caso, as palavras eram as seguintes: *natureza*, *agricultura* e *ecologia*, nesta ordem. O procedimento foi realizado como ferramenta de familiarização com o assunto que seria tratado, além de contribuir para uma interpretação mais precisa acerca das representações sociais sobre a natureza.

Os seres humanos estabelecem suas crenças e valorações e orientam suas posições e práticas sobre determinado objeto ou fenômeno de acordo com suas experiências cotidianas. Nesse sentido

O homem não pode viver entre as coisas sem formular ideias a respeito delas, e regula sua conduta de acordo com tais ideias. Mas, devido a estarem as noções mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades que correspondem, tendemos naturalmente para substituir por elas estas últimas, transformando-as nas próprias matérias de nossas especulações (DURKHEIM, 1974, p. 13).

Considerando ser imprescindível que o pesquisador não interfira ou deduza as representações sociais de determinado grupo senão através da imersão no empírico, julgou-se necessário que, além das entrevistas, houvesse a participação ativa nas ações cotidianas dos entrevistados, tais como idas diárias aos municípios, visitações frequentes às feiras municipais e a participação em eventos que contemplassem os temas abordados.

É importante frisar que, apesar de softwares qualitativos tais como o NVIVO, possam contribuir de maneira positiva, já que permitem reunir, organizar e analisar os conteúdos das entrevistas de forma mais detalhada, neste trabalho eles foram dispensados. De acordo com a

¹ De acordo com o senso comum entre os agricultores entrevistados, os princípios ecológicos e os princípios sustentáveis são sinônimos. Por este motivo, no decorrer do trabalho, “ecológico” e “sustentável” foram utilizados como equivalentes.

maneira como a pesquisa foi realizada e o número de entrevistas feitas (12), não foi julgada necessária sua utilização. E, embora seja reconhecida a importância destes softwares, acredita-se que, neste caso, não tenha implicado nos resultados.

Visto que o foco de análise deste trabalho é qualitativo, a preocupação em quantificar as palavras tornou-se secundária, portanto, e entendendo como desnecessário, também não foi utilizado nenhum software quantitativo (PEREIRA, 2013).

1.2 EXPERIÊNCIA DE CAMPO

A região do Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul, possui as condições necessárias para a promoção da agricultura orgânica e a construção de processos voltados para o desenvolvimento sustentável a partir desse modo de produção agrícola. Embora a produção de base ecológica esteja crescendo e os poderes municipais estejam incentivando - através de debates, acompanhamento especializado e políticas públicas - poucos são os grupos de agricultores inseridos em cadeias produtivas de alimento orgânicos/ecológicos que atuam de forma coordenada na região.

Após a realização da pesquisa documental e da coleta de material sobre as áreas de interesse na região, e depois da troca de e-mails com um dos engenheiros agrônomos da Emater/RS-Ascar, optou-se por realizar a pesquisa nos municípios de Arroio do Meio, Colinas e Lajeado, conforme já mencionado. A escolha destes municípios ocorreu em função de suas dessemelhanças em níveis socioeconômico e populacional e, principalmente, na diversidade existente entre as propriedades e a produção agroalimentar.

Foram realizadas quatro entrevistas por município, totalizando 12 entrevistas e mais de 15 horas de gravação. Todas as entrevistas foram realizadas nas propriedades dos entrevistados, já que assim eles poderiam, além de conversar com calma e de forma confortável, mostrar a sua produção. Visto que se pretende compreender as representações sociais sobre a natureza entre agricultores de base ecológica, os únicos critérios de seleção dos entrevistados consistiram em 1) produzir de forma ecológica e 2) identificar-se como “produtor de base ecológica”.

Em Arroio do Meio, há anos a agroecologia é fortemente estimulada e vivenciada. Existe um grupo de agricultores denominado “Agricultores Ecologistas de Forqueta”, que realiza reuniões e encontros frequentes para incentivar a agroecologia e disseminar conhecimentos sobre técnicas ecológicas entre os seus e na comunidade. Alguns de seus

membros possuem a certificação orgânica e outros ainda estão em fases distintas do processo para obtê-la. Este grupo é bastante reconhecido na região e a mídia local realiza diversas matérias sobre suas realizações, havendo disponível muito material na internet e em jornais. Em razão disso, foi possível contatar alguns membros por intermédio das mídias sociais.

A primeira entrevista feita neste município foi agendada para uma tarde de sábado e, ao chegar à propriedade, de imediato foi possível conhecer a produção, que com certeza era digna de muito orgulho. Através desta entrevistada, pelo método da bola de neve², o acesso a outros produtores foi feito. Além das entrevistas realizadas, participei da Troca de Sementes Crioulas de Arroio do Meio, onde muitos membros do Grupo de Agricultores Ecologistas de Forqueta estavam presentes.

Em Colinas, para escolher e contatar os agricultores e para chegar às suas propriedades foi necessário a intermediação da Emater municipal, dada a dificuldade de encontrar estes agricultores. Existe no município um grupo denominado “Associação de Mulheres Colinenses e Produtores de Colinas” e todas as entrevistas realizadas foram feitas com agricultores vinculados a este grupo. No entanto, não se trata de um grupo que necessariamente e exclusivamente produza segundo os princípios ecológicos.

Em Lajeado, diante dos materiais recolhidos, foi percebido que seria difícil encontrar agricultores de base ecológica. Ao visitar a feira do produtor rural foi necessário ir de banca e banca perguntando sobre o tipo de produção, já que não se trata de uma feira ecológica. Ao encontrar alguns poucos produtores “orgânicos”, logo foi tratado de agendar as duas primeiras entrevistas realizadas no município. As demais entrevistas foram realizadas pelo efeito bola de neve, com agricultores que não comercializam seus produtos nesta feira.

Além disto, foi possível participar, no município de Doutor Ricardo, do encontro organizado pela Articulação em Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS) e a Emater/RS-Ascar.

É importante frisar que as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos entrevistados, não seguindo nenhuma sequência lógica. Elas foram marcadas para dias da semana, no sábado e, inclusive, em feriado, sendo que algumas foram realizadas no turno da manhã e outras no turno da tarde. Considerando também as distâncias entre os municípios e o período de deslocamento entre eles, foi preciso reservar um dia para cada entrevista. Isso foi bastante positivo, pois houve dedicação exclusiva para cada uma delas e maior envolvimento

² O interlocutor indica algum informante – chave que por sua vez indica outro e assim sucessivamente.

com os entrevistados para detalhar o que está sendo enunciado e captar aquilo que não é dito - respeitando sempre, é claro, o limite emocional e o tempo disponível dos entrevistados. Ao retornar das entrevistas, foi possível refletir sobre tudo o que foi exposto e, com calma, ouvir o áudio das entrevistas, fazendo anotações de frases e palavras-chave de tudo que foi avaliado como imprescindível. Por notar um padrão de respostas entre os entrevistados de cada município foi considerada suficiente a quantidade de entrevistas realizadas.

2 O LUGAR DA NATUREZA NA VIDA HUMANA

“Só quando nos perdemos, em outras palavras, quando perdemos o mundo é que começamos a nos encontrar, entendemos onde estamos e compreendemos a infinita extensão das nossas relações”.

Henry David Thoreau.

2.1 ENTRE HUMANOS E NATUREZA

As sociedades humanas estabeleceram diversas formas de relacionamento com a natureza, mas desde os primórdios seres humanos produzem intervenções na natureza alegando garantir os meios para a sua sobrevivência. A relação entre humanos e natureza e as percepções que os primeiros têm a respeito da segunda fundamentam grande parte dos debates sobre a questão ambiental e, tanto as manifestações contra a deterioração ambiental como as alternativas citadas para a diminuição dos impactos, incidem diretamente sobre as formas como o ser humano pensa, sente e manipula o meio em que vive.

Para compreender as representações sociais entre agricultores de base ecológica sobre a natureza, e considerando as diferentes formas com que agricultores tratam o meio natural, a discussão sobre a relação sociedade-natureza se faz, além de importante, necessária. Embora esta discussão não seja recente, foi somente no século XX que ela ganhou expressiva amplitude, em razão dos efeitos globais da atual crise ambiental.

Nas sociedades pré-modernas ou “tradicionais”, a natureza era concebida como uma entidade sagrada e deuses e humanos estavam conectados a ela³.

A partir de físicos e filósofos gregos a postura de culto e subordinação à natureza foi modificada. Com Aristóteles, principalmente, a natureza passou a ser percebida como uma “totalidade de todas as coisas do universo e era dotada de alma, vitalidade, inteligência e racionalidade própria, animada por uma força imanente, podendo assim existir independentemente de seres humanos e deuses” (COLLINGWOOD, 1989). A partir disso o processo de separação entre a sociedade e natureza foi iniciado.

Na Idade Média, sobretudo através da tradição cristã, a natureza deixa de ser uma realidade intrínseca e autônoma e é rebaixada a mera condição de fruto da criação divina. Por

³ Ao tomar como ponto de partida as concepções de natureza nas sociedades pré-modernas não se pretende traçar uma linha evolutiva linear no tempo, onde este tipo de visão de mundo que integra humanos e natureza seria considerado menos avançado em contraposição às sociedades modernas. A intenção é somente identificar as diversas concepções de natureza ao longo do tempo.

ser obra de Deus e, tendo em vista, portanto, que nela o criador revelaria a si próprio, a natureza deveria ser preservada.

Com a filosofia platônica percebeu-se que o mundo não poderia mais ser interpretado a partir das escrituras sagradas e que, ao contrário, seria necessário agir de forma a observar detalhadamente as coisas, descrevê-las de maneira sistematizada e utilizar o raciocínio aliado à intervenção (RAYNAUT, 2006).

A disseminação da Escolástica culminou na transformação deste ideário e a natureza passou a ser entendida como uma materialidade que existe em si e cujos elementos podem ser observados e descritos e sobre o qual o homem pode agir “sem dó nem piedade”. Ou seja, “uma materialidade cuja estrutura e funcionamento obedecem a certa ordem” (RAYNAUT, 2006), e cujas regularidades apresentadas devem ser estudadas. Daí em diante, a dicotomia entre humanos e natureza estabeleceu-se na base do pensamento ocidental.

O Renascimento e a emergência do capitalismo, por sua vez, contribuíram para a fundamentação da noção de oposição do homem (sujeito) observando a natureza (objeto). A partir do século XVIII com Descartes, todos os fenômenos naturais poderiam ser explicados mediante a razão. Na filosofia cartesiana, portanto, era justamente a faculdade do ser humano de pensar e usar a razão que lhe atribuía a superioridade sobre tudo ao seu redor. A partir dessa ótica, a natureza tornou-se objeto de investigação da ciência moderna e os elementos e fenômenos deveriam ser acomodados e transformados a fim de atender as necessidades humanas. Esta forma de representação mecânica do mundo reafirmou a concepção da natureza baseada na divisão fundamental entre duas zonas ontológicas: humanos/natureza; espírito/matéria; sujeito/objeto, independentes e separadas, finalizando um longo processo de cisão entre os dois polos (RAYNAUT, 2006).

A representação polarizada da relação entre seres humanos e natureza, em que os primeiros detêm o direito de posse e controle da segunda, serviu de base para a expansão para as sociedades industriais modernas. A visão antropocêntrica, em que o homem é senhor de tudo tornou-se hegemônica e, quando a concepção ocidental desta relação passou do campo discursivo para o campo prático, resultou em consequências negativas para o planeta. O progresso técnico passou a ser um dos pilares da modernidade e do desenvolvimento urbano-industrial das sociedades ocidentais e a técnica passou a assumir o papel de principal mediadora na relação entre humanos e natureza (OLIVEIRA, 2009).

O desenvolvimento baseado em crescimento econômico colocou em oposição o modelo capitalista e o equilíbrio ambiental, já que a filosofia de exploração da natureza permitia que os recursos naturais fossem utilizados ilimitadamente pelo homem: a

deterioração ambiental era a alternativa mais fácil de garantir o estado de bem-estar social. A filosofia do progresso atrelada a essa representação fundamentada na dicotomia, que via no crescimento sem limites o principal caminho para a evolução dessas sociedades, tornou-se o eixo orientador do pensamento econômico ocidental: o crescimento quantitativo da produção como única forma para melhorar as condições de vida humana (RAYNAUT, 2006). Acreditava-se, ainda, que a fonte dos “recursos naturais” disponíveis era infinita e que qualquer problema relacionado à sua escassez poderia ser remediado a partir dos avanços científicos e tecnológicos. Este pensamento tornou-se predominante nas concepções ocidentais e foi responsável pela destruição das riquezas naturais.

ALMEIDA JÚNIOR (1995), ao refletir sobre como as plantas passaram a ser entendidas, de um lado, como máquinas químicas e, de outro, como mercadoria, conclui que a grande redução do número de espécies relevantes para a agricultura ocorreu em consequência da profunda transformação na interação dos seres humanos com a natureza. Na raiz do problema da "insustentável maneira de produzir" está o fato de que

Ao separar os homens e a cidade das pedras e das árvores, o pensador separa as relações entre os homens das relações entre o homem e a natureza. Retomando inúmeras vezes, sob múltiplos disfarces, este projeto de separação afirma a possibilidade de que o homem venha a ser senhor e possuidor da natureza e implica que o homem continuará sendo senhor e possuidor do homem (ALMEIDA JUNIOR, 1995, p. 10).

O homem moderno, como afirma SCHUMACHER (1983 *apud* PAULUS, 1999, p. 64), não percebe a si mesmo como parte da natureza, mas como uma entidade superior destinada a conquistá-la e dominá-la e age como se estivesse numa batalha contra a natureza, “esquecendo que, se ganhar a batalha, estará do lado perdedor”.

2.2 NATUREZA: PROTAGONISTA DOS DISCURSOS INTERNACIONAIS E DEBATES ACADÊMICOS

Na medida, porém, que a finitude dos “recursos naturais” se tornaram perceptíveis, a degradação ambiental passou a ser pauta dos movimentos ambientalistas e a ganhar posição de destaque nos discursos internacionais, em estudos científicos e debates acadêmicos.

Em meio ao arcabouço de movimentos e discursos, em meados dos anos 1960, surge a noção de sustentabilidade e, mais especificamente, desenvolvimento sustentável. A determinação do termo, entretanto, surgiu um pouco mais tarde, no início dos anos 1970. De

acordo com BOFF (2012), na raiz de “sustentabilidade” e “sustentável” está a palavra latina *sustentare* e dois significados abraçam o termo. Um, passivo, cujo significado remete a *suportar, impedir que caia* e outro, ativo, que significa *conservar, nutrir, proteger, fazer prosperar*.

Para compreender a quem e ao quê o conceito de desenvolvimento sustentável alude é preciso entender, primeiro, a sua gênese. BOFF (2012) cita alguns fatos significativos na construção do termo.

Em 1972, foi publicado o informe “O limite do crescimento” pelo Clube de Roma, em que os problemas causados pela acelerada utilização dos recursos disponíveis no mundo foram abordados. O documento demonstrou que a Terra suportaria por, no máximo cem anos, se as taxas de crescimento populacional e econômico, e os consequentes índices de poluição e esgotamento dos recursos permanecessem nos mesmos níveis. Era preciso recuar e com urgência (BOFF, 2012).

A primeira Conferência das Organizações das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Homem, realizada em Estocolmo, Suécia, no mesmo ano, resultou numa Declaração cuja abordagem estava relacionada às questões de crescimento urbano, explosão demográfica, industrialização e impactos ambientais. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMA) foram criados (BOFF, 2012).

Em 1987, através da CMMA, um grupo de estudos, liderado por Gro Brundtlan, foi organizado para elaborar uma “agenda global para a mudança” e esta originou o relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”. Neste documento apareceu o termo desenvolvimento sustentável sob a ótica de ser aquele que “atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras” (BOFF, 2012).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, realizada na cidade do Rio de Janeiro, mais conhecida como RIO + 20, objetivou organizar algumas estratégias e métodos de reversão da destruição ambiental e também promover o desenvolvimento sustentável (BOFF, 2012).

Entretanto, em nenhum dos documentos elaborados a partir destes eventos, o progresso econômico foi indagado, demonstrando como a matriz do desenvolvimento sustentável consiste num projeto desenvolvimentista aplicado ao ambiente. Segundo FOLADORI (2001, p. 119)

No fim das contas, nas duas conferências de países em âmbito mundial e no informe encomendado, fica claro que a preocupação manifesta se dá em torno de como reduzir os níveis de poluição, de depredação e de pobreza e superpopulação, sem tocar na forma social de produção, ou seja, no capitalismo. Em que medida essas melhorias, que vão, aparentemente, contra a lógica da própria dinâmica capitalista, conseguem ser suficientemente eficazes é algo que somente dentro de algumas décadas poderemos saber.

Os debates a respeito das questões ambientais e da necessidade de adotar uma estratégia de gestão dos “recursos” em escala mundial, demonstraram, desde o início, que havia uma preocupação por parte dos organismos internacionais na preservação ambiental que atendesse os interesses do projeto desenvolvimentista. Ou seja, o que se queria preservar, na verdade, era o modelo de acumulação de riquezas.

A partir de 1990, o desenvolvimento sustentável, para ser reconhecido enquanto tal, precisava apresentar-se como sendo *economicamente viável*, *socialmente justo* e *ambientalmente correto*⁴. Aparentemente, um projeto sustentável de desenvolvimento busca conciliar os anseios do desenvolvimento econômico com as expectativas de preservação ambiental, entretanto ele aponta para uma contradição, considerando que o sonho da modernidade é medido pelo Produto Interno Bruto, crescimento econômico, industrialização, progresso tecnológico, acumulação de bens e serviços, aumento de renda e parece não estar disposto a fazer concessões (BOFF, 2012).

Não há dúvidas dos benefícios que a modernidade trouxe à humanidade, ou pelo menos para parte dela, tais como as melhorias das condições de saúde, prolongamento da vida, maior conforto, encurtamento de distâncias entre tantas outras benfeitorias. Contudo, como sugere BOFF (2012), a modernidade não cumpriu suas promessas: os recursos não são infinitos e é impossível crescer infinitamente numa base finita como a Terra. Também não é possível universalizar o atual bem estar dos países industrializados para todos os demais países porque, para isso, precisaríamos de vários planetas como este⁵.

O padrão de exploração dos modernos, baseado em uma lógica de uso predatório e de dominação sem restrição da natureza, tem provocado consequências negativas ao ambiente, podendo-se falar em uma verdadeira crise ambiental, e obrigando as sociedades contemporâneas a rever suas atitudes. A crise ambiental e seus efeitos na modernidade têm se

⁴ É o famoso Triple Botton Line (a linha dos três pilares), criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility. (BOFF, 2012, p. 43).

⁵ Dados recentes da Pegada Ecológica demonstram que estamos utilizando cerca de 50% a mais do que o que temos disponível em recursos naturais e que precisamos de um planeta e meio para sustentar o estilo de vida atual. A Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais.

estabelecido como um dos principais panos de fundo para reflexões de vários autores contemporâneos, dentro das mais variadas áreas do conhecimento. Nas Ciências Sociais, a área da Sociologia Ambiental tem colaborado para essa discussão a partir de dos debates travados entre realistas⁶ e construtivistas sociais⁷ (OLIVEIRA, 2009).

A crise ambiental é, para muitos autores, a própria crise do processo civilizatório. Diante disso, pautas como a extinção das espécies e proteção ambiental, levantadas pelos movimentos ecológicos, foram transformadas, nas palavras de BOFF (1995, p. 19-25)

(...) numa crítica radical do tipo de civilização que construímos. Ele é altamente energívoro e devorador de todos os ecossistemas (...). Na atitude de estar por *sobre* as coisas e *por sobre* tudo, parece residir o mecanismo fundamental de nossa atual crise civilizacional (grifos no original).

Segundo a análise de GIDDENS (1996) sobre as sociedades modernas, em que ele compartilha da visão de fracasso do projeto moderno, a pretensão que se tinha de que o conhecimento científico, através da racionalidade humana, levaria os seres humanos a dominarem seu próprio destino, através da dominação da natureza, não se confirmou: a natureza nunca esteve total e infinitamente sob o domínio humano.

Além de Antony Giddens, muitos outros autores passaram a refletir sobre a relação arbitrária entre sociedade e natureza e a questionar o sucesso do projeto moderno. Entre estes autores, Bruno Latour é um dos mais incisivos em afirmar que a ciência moderna não conseguiu satisfazer o intento de subordinar a natureza ao domínio humano absoluto.

LATOUR (1994) propôs, através da teoria do ator-rede, a noção de “rede”. A palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais – os nós e os pontos – os quais estão conectados a outros – os vínculos e a rede. Essas conexões se transformam em recursos dispersos em uma rede que parece estender-se a todos os lugares, nas esferas do social e do natural.

O autor indica, através desta teoria, que não apenas indivíduos, mas máquinas, artefatos e outros organismos vivos interagem com o social, o que significa dizer que humanos e não humanos têm agências potenciais. Nesse sentido, embora homens e máquinas, por exemplo, não possam ser tratados como iguais, não é possível haver uma separação entre

⁶ Realistas defendem a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma como os agentes sociais os percebem. Catton e Dunlap são figuras centrais na proposição de um novo paradigma ecológico, uma das principais contribuições dentro da sociologia ambiental identificada como corrente realista.

⁷ Construtivistas Sociais centram-se, sobretudo, nas percepções dos agentes sociais sobre os problemas ambientais. Ou seja, como os problemas ambientais são assimilados e construídos socialmente. São de principal importância as contribuições de Beck, Giddens e Hanningan.

atores humanos e não humanos, na medida em que a sociedade é constituída por uma rede social de elementos onde todos estão conectados. O conceito de “rede” passou a fazer alusão aos fluxos, movimentos e alianças entre todos os atores, não remetendo a uma entidade fixa e estática e rompendo com o conceito tradicional do pensamento sociológico em que os estudos das redes sociais faziam menção somente às relações individuais (OLIVEIRA, 2009).

Para compreender melhor a capacidade de agência dos elementos não humanos é possível pensar, por exemplo, na atividade de pregar um prego. Tal atividade pode ser executada com ou sem o auxílio de um martelo, mas como sugere LATOUR (2004), é impossível sustentar a ideia de que pregar o prego com ou sem o martelo são as mesmas atividades e que a introdução do martelo não alteraria em nada a execução da atividade, comprovando a ideia de que elementos não humanos produzem efeitos no mundo e sobre ele. Como cita RAYNAUT (2004), o mundo real na sua essência é total, constituído de múltiplas e complexas interações entre todos os elementos que o compõe.

O autor afirma ainda que os movimentos ecologistas são fontes privilegiadas de hibridização porque são capazes de unir num mesmo discurso leis, agrotóxicos, práticas, insetos, cultura, economia, animais e seres humanos. Demonstrando como, de fato, a vida humana transcorre em um universo de objetos híbridos, nem totalmente naturais nem totalmente culturais não existindo, portanto, natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas naturezas-culturas (LATOUR, 1994).

Ao tratar de forma simétrica sociedade e natureza, o autor procura diminuir a distância entre elas. Para tanto, ele propõe a ruptura das dicotomias e desenvolve a noção de princípio da simetria generalizada, em que tanto humanos como não humanos possuem capacidade de agência no processo de construção das questões sociais. Ao tentar romper com dualismos, LATOUR (2004) introduz ainda a noção de “coletivo⁸” em substituição a palavra sociedade. Dessa forma, sociedade e natureza seriam, ao mesmo tempo, objeto e sujeito no processo de explicação dos fenômenos e se influenciariam mutuamente.

2.3 NATUREZA, UM SUJEITO DE DIREITO?

O significado da natureza modificou-se através da história de acordo com os fatores culturais socioeconômicos e políticos. Atualmente há uma clara incapacidade das sociedades

⁸ O termo “coletivo” significa tudo e não dois (sociedade e natureza) separados (LATOUR, 2004). Ou seja, ele remete a um procedimento para coligar as associações de humanos e não humanos e não a uma unidade já feita.

modernas em encontrar meios para lidar com a natureza sem destruí-la. Na origem dos maiores problemas ambientais estão as formas particulares de organização social, na maioria das vezes capitalistas. O desenvolvimentismo, por exemplo, alterou a relação entre significados e práticas a ponto de conhecimentos e territórios serem perdidos e a natureza ser transformada em mera mercadoria.

Como afirma ESCOBAR (2005), há um declínio da crença de uma natureza fora da história e do contexto humano, como um campo livre de valor intrínseco. Esse fato implica, de um lado, que para os humanos ela seja construída por processos discursivos e de significação, de forma que o que é percebido como natural é também cultural e social e, de outro, que as crenças na natureza como pura e autônoma está dando lugar a uma nova visão de natureza enquanto artificialmente produzida, em consequência das recombinações e mapeamento genético e da nanotecnologia.

De outro modo, algumas comunidades rurais do terceiro mundo percebem a natureza de modo distinto das formas modernas dominantes, utilizando os ambientes naturais de maneiras muito próprias: pensam, relacionam-se e experimentam o natural como algo sagrado. Concebem-na como portadora de uma essência própria que escapa ao controle humano e entendem o universo como um ser vivo incapaz de distinguir sociedade e natureza. Assim, plantas, animais, humanos e demais elementos constituem uma mesma comunidade socioeconômica e, portanto, são submetidas às mesmas regras. Nessa perspectiva, as relações sociais abrangem mais do que aos seres humanos e tanto o social como o natural tem papéis centrais.

No mundo atual, portanto, o natural assume múltiplas formas e permite que as naturezas sejam pensadas como híbridas e multiformes, modificando seu caráter de um lugar para o outro e de um conjunto de práticas para o outro (ESCOBAR, 2005).

O individualismo resultante do antropocentrismo na modernidade ocidental implica na consideração do universo como campo de ações humanas, colocando o ser humano como privilegiado sujeito de valor e direito. Ao mesmo tempo, em muitas culturas “não modernas” o universo inteiro é percebido como um ser vivo onde não há uma separação entre humanos e natureza.

Os povos andinos, como afirma BOFF (2012, p. 62), “vão desde a Patagônia até ao norte da América do Sul e do Caribe, os filhos e filhas de Abya Ayala (nome que se dava à América Latina, que significava “*terra boa e terra fértil*”)” vivem de tal modo em que a organização social da vida está em permanente comunhão com a natureza. Para estes povos, o ideal de vida é o “*bem viver*”. O bem viver andino propõe uma “ética da suficiência” para

todos os elementos presentes na comunidade terrenal que inclui, além dos seres humanos, as árvores, o ar, as montanhas, os solos, a água e todos os outros existentes, buscando o equilíbrio e a comunhão com a “*Pachamama*”, a grande Mãe Terra. Este princípio é tão importante que entrou nas constituições da Bolívia e do Equador.

Em outubro de 2012, o presidente da Bolívia, Evo Morales, promulgou a primeira lei do mundo que dá direitos à natureza como um ser vivo⁹. A lei em questão é a lei nº 071 e baseia-se na concepção indígena ancestral que entende o planeta como um ser vivo que preserva a natureza através de um uso sustentável, harmônico e equilibrado. Segundo a filosofia indígena, a Terra - ou Pachamama - é a grande mãe de todos e da qual dependemos para viver. Ela está em permanente equilíbrio, sendo considerada sagrada, fértil e a fonte de vida que alimenta e abriga todos os seres que vivem em seu ventre. Os humanos são entendidos apenas como mais uma de suas criaturas e estes não devem colocar em risco seu equilíbrio e sobrevivência.

A lei estabelece alguns direitos à Mãe Terra, entre eles estão o direito à vida, à continuação dos ciclos e processos vitais livres da alteração humana, à água e ar limpos, ao equilíbrio e a preservação da variedade de seres sem modificação genética em sua estrutura. Além disso, o exercício do cumprimento dos direitos requer o reconhecimento, recuperação, respeito, proteção e, muito pertinente, inclusive, o diálogo acerca da diversidade dos saberes, valores e práticas de todas as culturas que buscam viver em harmonia com a natureza. Para os efeitos de proteção e tutela dos seus direitos, a Mãe Terra adota caráter de sujeito coletivo de interesse público.

Ao estado plurinacional boliviano, em todos os seus níveis e âmbitos territoriais e através de suas autoridades e instituições, são destinadas as seguintes obrigações: desenvolver políticas públicas e ações sistemáticas de prevenção, proteção e precaução para evitar que as atividades humanas conduzam a extinção das populações dos seres a alteração dos ciclos e os processos que garantam a preservação de todos os sistemas de vida. Salienta também ser fundamental o financiamento de tecnologias limpas e o desenvolvimento de formas de produção e consumo equilibrados, que satisfaçam as necessidades do povo boliviano para viver bem, mas salvaguardando as capacidades regenerativas e a integridades dos ciclos e processos vitais à sobrevivência da natureza.

⁹ Conforme Portal AOPEB Bolívia. Disponível em: <http://www.aopeb.org/index.php?option=com_content&view=article&id=202:ley-de-derechos-de-la-madre-tierra&catid=52:noticias-aopeb&Itemid=26>. Acessado em: 20 de abril de 2015.

Neste sentido, Pachamama é considerada sagrada desde as cosmovisões das nações e povos indígenas originários camponeses. Ela é um sistema vivente dinâmico que abrange a comunidade de todos os sistemas de vida e seres vivos, desde humanos, plantas, animais, microorganismos e outros seres que se inter-relacionam e se complementam. Desse modo, se crê que nem os sistemas de vida e nem os processos que os sustentam possam ser mercantilizados. As práticas de produção e consumo devem estar em harmonia com os direitos da Mãe Terra, assegurando o uso e aproveitamento sustentável dos seus componentes naturais.

Considerando que a natureza não é um sujeito passível de ação, será através dos agentes humanos que ela terá seus direitos garantidos. Mas afinal, até onde é possível falar em direitos da natureza?

A doutrina dos direitos naturais, herdada da Declaração do Direito do Homem, é incapaz de estabelecer uma relação entre humanos e natureza em que ambos assumam importância equivalente e simétrica (FERRY, 2009). Mas ao contrário, ela já impõe a dominação da humanidade sobre a natureza, considerando que ela é, com efeito

1) androcêntrica, 2) ela olha os seres não humanos como se não tivessem senão um valor instrumental, 3) é hierárquica, 4) dualista, 5) atomística, 6) se adere a princípios éticos abstratos que acentuam com ênfase a importância do indivíduo isolado, 7) nega a importância dos sentimentos na formação do comportamento moral, e 8) é incapaz de perceber a relação essencial da vida humana com a biosfera que enseja nosso nascimento (ZIMMERMANN, 1987, p.34 *apud* FERRY, 2009, p. 211-212.)

A ecologia profunda, principal incentivadora da natureza enquanto sujeito de direito, ao propor tamanha “transformação” pretende desconstruir o humanismo moderno e o mundo liberal. A possibilidade de a natureza ser instituída como sujeito de direito implica numa rejeição do tipo de democracia em que se instauraram nossas sociedades liberais e socialdemocratas e, de fato, “é evidente que há descontinuidade entre os dois contratos: no âmbito do humanismo jurídico, a natureza não poderia dispor de outro status que não fosse o de objeto e não de sujeito” (FERRY, 2009, p. 220).

A expressão ecologia profunda foi criada pelo filósofo norueguês Arne Naess, na década de 1970, em contestação ao que ele chama de “ecologia superficial”. Ao nível superficial, o ambiente deve ser preservado por ser absolutamente necessário para a sobrevivência humana. Florestas, solos e rios são as únicas ferramentas capazes de garantir o bem-estar humano em sua totalidade: árvores produzem madeira, o solo garante o alimento e o rio pode ser navegado. Ou seja, os “recursos naturais” devem ser preservados porque são

preciosos para os humanos. A ecologia profunda, por sua vez, vê a humanidade apenas como mais um elemento na rede da vida, onde todos os elementos devem ser respeitados de forma igualitária, a fim de garantir o equilíbrio da biosfera.

Os ecologistas profundos supõem que os interesses de árvores e rios são distintos e, principalmente, opostos ao desenvolvimento. Mas, como cita FERRY (2009), intuir o que seja de vontade da natureza e supor conhecer o que é melhor para ela é estabelecer que o humano tenha o poder de dizer em seu nome, tangenciando, novamente, o antropocentrismo. Pensando nisso, é possível refletir sobre como, de fato, a relação sociedade – natureza é complexa, sendo praticamente impossível fazer qualquer aferição sobre as consequências das decisões humanas.

Há dois empecilhos principais encontrados pela ecologia profunda no seu projeto de instituir a natureza como um sujeito de direito, podendo desempenhar o papel de parceiro em um contrato natural (FERRY, 2009): o primeiro consiste no fato de que a natureza não possui capacidade de agir com reciprocidade¹⁰, como se espera de um *alter ego* jurídico. É sempre por intermédio dos seres humanos que árvores e baleias podem garantir seus direitos. O segundo diz respeito à dificuldade de tornar claro que ela possui valor intrínseco e muitos acabam por recorrer ao discurso de que a biosfera, em sua totalidade, é a entidade que permite que todos os seres (humanos e não humanos) possam existir.

Mas por que, ao contrário de baleias, cães e macacos, as árvores, o solo e os rios não têm seus direitos legitimados? Acontece que a capacidade de demonstrar dor e prazer dos animais é identificada pelo ser humano, ao contrário dos outros elementos da natureza.

Embora os animais sejam movidos pelo instinto, ele é o único ser, na natureza, que age visando um fim, ou seja, de maneira intencional e consciente, não sendo, portanto, um simples autômato. O sofrimento do animal é percebido pelos humanos, assim como o afeto e a inteligência, que por vezes, eles demonstram. Como cita FERRY (2009), tudo se passa como se a natureza, no animal, tendesse em determinadas circunstâncias a se fazer humana, como se ela adquirisse por si mesma as ideias às quais nós atribuímos um preço quando se manifestam na humanidade. Nesse sentido, são as ideias evocadas sobre a natureza que dão à ela todo o seu valor.

¹⁰ Cabe salientar que a reciprocidade mencionada por Ferry (2009) diz respeito à dádiva/contra-dádiva entre pares e grupos simétricos. No entanto, a reciprocidade não pode ser limitada desta forma. Como sugere SABOURIN (2011, p. 30 – 31), há outros planos de reciprocidade, tais como o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações). Assim, existem várias estruturas fundamentais de reciprocidade que geram sentimentos diferentes e valores diferentes.

Quando esta mesma natureza contraria os conhecimentos e os desejos humanos, num terremoto, por exemplo, a humanidade retira o valor que outrora lhe atribuiu. Isto indica que, sem estas ideias acerca da natureza os humanos não atribuem valor algum ao mundo objetivo. Considerando, portanto, a necessidade de se fazer justiça ao sentimento de que a natureza não é desprovida de valor e que temos deveres para com ela, mas que, ao mesmo tempo, ela não é um sujeito de direito, é preciso definir o que deve ser preservado e respeitado e o que pode ser combatido em nome de um intervencionismo consciente. O que equivale a dizer que é preciso estabelecer parâmetros, a fim de equilibrar a balança e obter o equilíbrio entre retirar/destruir e deixar permanecer/ regenerar.

Os ecossistemas são bem mais equilibrados e harmoniosos por si mesmos do que a maior parte das construções humanas e, mesmo aquelas práticas pensadas para o bem podem resultar em consequências imprevistas e efeitos negativos (FERRY, 2009). Como, por exemplo, o agrotóxico. Quando desenvolvido, criado e aplicado, foi motivo de contentamento diante de todos os benefícios prometidos. Ao longo do tempo, porém, que as sequelas de sua utilização foram notadas. Ainda que muitas vezes as ações humanas sejam mal sucedidas, isso não faz com que o homem deixe de agir sobre o mundo.

Ao contrário, agora mais do que nunca, a natureza é um espaço moldável, flexível e transitável para uma lógica política atada a um novo horizonte tecnológico. Com a ajuda da tecnologia computacional e das técnicas de DNA recombinante, ela se torna um campo de possibilidades e manipulação (BERTILSSON, 2003 *apud* PREMEBIDA e ALMEIDA, 2006). Se nem todas as práticas obtêm as consequências estimadas e em resultados positivos, ao menos servem para ensinar uma lição: a natureza pode surpreender com sua imprevisibilidade. Ela não é somente matéria bruta, flexível e disponível para os interesses humanos (FERRY, 2009), mas um sistema harmonioso que possui essência própria, devendo e merecendo ser, no mínimo, respeitada.

Uma vez que os seres humanos possuem a capacidade de entendimento, eles têm a liberdade para agir com responsabilidade frente aos seus atos, diferentemente dos animais, que agem por instinto. Por este motivo, JONAS (2005, p. 349), afirma que “o mais importante que devemos reconhecer, é a realidade transformadora do homem e seu trato com o mundo, incluindo a ameaça de sua existência futura”.

A reflexão sobre a incerteza da vida futura é resultante da representação antropocêntrica em que a humanidade detém o (falso) poder de dominar a natureza e utilizar seus “recursos” sem restrição. O futuro está ameaçado, pois nenhuma sociedade pode existir senão num espaço material, que é finito. Portanto, para que seja possível garantir que outras

gerações existam e vivam com qualidade - assim como todos os outros elementos e sujeitos não humanos - é preciso fazer valer, no presente e por parte dos sujeitos humanos, o princípio responsabilidade. Este princípio prevê, portanto, a ação responsável de sujeitos humanos para com as gerações futuras e para com os sujeitos não humanos.

Para JONAS (2006), o “Princípio Responsabilidade” é um imperativo ético, onde o mundo animal, vegetal e mineral e também a biosfera e a estratosfera passam a fazer parte da esfera da responsabilidade. Se o ser humano tem várias finalidades, igualmente todos os outros seres têm às suas e, ainda que nos seja desconhecida, devemos respeitar seus ciclos. Na vida orgânica, por exemplo, a natureza atende suas necessidades através da biodiversidade, demonstrando, portanto, que todos os elementos devem ser preservados para cumprir um objetivo.

A natureza não está na base ética dos direitos humanos de “dar, receber, retribuir” porque não existe reciprocidade por parte da natureza. A base para justificar a responsabilidade está num dever não recíproco: o ponto de partida é o dever incondicional da humanidade para com as gerações futuras, independentemente dos seres serem descendentes ou não de quem age. O imperativo proposto por Jonas é de ordem racional para um agir coletivo como um bem público e não individual: agir de tal modo que os efeitos da nossa ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra (JONAS, 1995).

As premissas que supunham que as questões humanas e existenciais eram totalmente contempladas pela e na concepção antropocêntrica não podem mais servir como referências para o modelo de vida contemporâneo, pois os preceitos éticos de outrora perderam a validade e a coerência no decorrer das transformações do modo de agir dos humanos.

Nem uma ética anterior tinha de levar em consideração a condição global da vida humana, o futuro distante e até mesmo a existência da espécie. Com a consciência de extrema vulnerabilidade da natureza a intervenção tecnológica do homem surge a ecologia. Repensar os princípios básicos da ética. Procurar não só o bem humano, mas também o bem das coisas – extra-humanas- ou seja, alargar o conhecimento dos “fins em si mesmos” para além da esfera do homem, e fazer com que o bem humano incluísse o cuidado delas (JONAS, 1997, p. 40).

Ainda que os efeitos da ciência tenham reafirmado a separação entre os seres humanos e natureza, eles também influenciaram a retomada da antiga ideia de natureza enquanto entidade viva, que devia ser respeitada e com a qual os humanos deveriam conviver em harmonia ou invés de tentar dominá-la. A natureza, como uma responsabilidade humana,

implica que seja reformulada uma nova teoria ética: Até onde se pode falar em direitos da natureza? Quais deveres ela exigirá? Quanto dela será possível retirar? Os interesses de sua preservação são mais do que interesses utilitários?

3 O CARÁTER MULTIFORME DA AGRICULTURA

“Não se pode confiar às cegas em nenhuma maneira de pensar ou agir, por mais antiga que seja. O que hoje todo mundo repete ou aceita em silêncio como verdade amanhã pode se revelar falso, mera bruma de opinião que alguns tomam como uma nuvem de chuva que fertilizaria seus campos”.

Henry David Thoreau

3.1 O SONHO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Até o início da década de 1960 a produção agrícola nacional era baseada, sobretudo, na produção de café, estabelecida majoritariamente no Centro-Sul do Brasil, enquanto que a ocupação de vastas áreas do cerrado era incipiente. Foi durante o governo militar que o plano de expansão da agricultura no Centro-Oeste brasileiro foi elaborado e, em seguida, implantado. O processo denominado “modernização da agricultura” ocorreu entre os anos 1965 e 1985 e foi uma maneira de resolver os problemas de abastecimento de alimentos para o meio urbano e, ao mesmo tempo, para elevar as exportações primárias, que estavam estagnados. A agricultura modernizada gerou mudanças expressivas no cenário agrário brasileiro em nível econômico, político, social, geográfico e ambiental.

É importante lembrar que, embora tenha sido em meados da década de 1960 que o *boom* da modernização ganhou força, foi a partir da transição dos complexos rurais para os complexos agroindustriais que a grande mudança da dinâmica agrícola brasileira ocorreu. De acordo com GRAZIANO (1996), os complexos rurais possuíam uma dinâmica bastante simples: eram determinados pelas flutuações do comércio exterior, pela incipiente divisão social do trabalho, pela ligação entre as atividades agrícolas e manufatureiras e pela noção de que os bens produzidos tinham apenas valor de uso e, nesse contexto, o mercado interno era praticamente nulo. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, entre os anos de 1850 e 1890, refletiu na mudança desse quadro e na decadência dos complexos rurais. Nessa conjuntura, surgiu o colonato e por meio dele criou-se um amplo mercado de bens-salários e, como o café era o principal produto de exportação, surgiram os complexos cafeeiros. As fazendas de café especializaram-se e as atividades passaram a ser desempenhas separadamente, como o desmatamento e o plantio, por exemplo. A expansão das atividades realizadas no núcleo do complexo cafeeiro não podia mais ser satisfeita internamente nas fazendas, delegando novas funções às cidades e aprofundando a divisão social do trabalho. As

mudanças ocorridas no interior do complexo cafeeiro deram origem à industrialização brasileira e ao conseqüente desenvolvimento do mercado interno.

Uma vez desenvolvido o mercado interno, tornou-se possível pensar na substituição das importações e o país passou a focar na industrialização pesada. A modernização da agricultura, contudo, permaneceu atrelada ao mercado externo, já que dependia da capacidade de importar máquinas e insumos (GRAZIANO, 1996). O Brasil, ainda que já tivesse autonomia para produzir o que julgasse conveniente, precisava recorrer às instâncias externas no que dissesse respeito à maneira de fazê-lo, ou seja, no “como fazer”. O presidente Getúlio Vargas reconheceu a necessidade de montar uma indústria doméstica de fertilizantes e maquinário agrícola e, a partir disso, o país construiu uma indústria própria para a fabricação de insumos agrícolas e bens de capital para a agricultura. Ocorrida a internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos, a modernização passou a caminhar com seus próprios pés e a definir seus próprios limites. Cabe ressaltar que a modernização requereu a existência de um sistema financeiro constituído, o Sistema Nacional de Crédito Rural, que atuou como principal veículo do projeto modernizador da agricultura brasileira (GRAZIANO, 1996). Entretanto, tal política não favoreceu nem tampouco criou condições de permanência dos pequenos agricultores no campo, mas ao contrário, serviu para reforçar os privilégios de uns e a exclusão social de outros (MARTINE, 1991), já que o sistema de crédito foi levado a beneficiar as categorias mais abastadas e direcionado às regiões mais ricas do país.

Embora tenha havido um evidente crescimento da produção pecuária e da eficiência nos processos relacionados à safra, o caráter dinâmico da agricultura ainda não havia se consolidado na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Com a crise econômica mundial, em 1980, o país enfrentou dificuldades em honrar os compromissos assumidos referentes aos pesados serviços da dívida externa em virtude da alta dos juros dos Estados Unidos da América, resultando na falência do Estado Nacional e na interrupção dos subsídios agrícolas. No entanto, por estar suficientemente estruturado, o setor agrícola modernizado já era capaz de se ajustar a essa nova dimensão econômica de mercado, assinalada pela competitividade e internacionalização. O setor agrícola passou a comprar tratores e insumos para a produção de matérias-primas e a indústria passou a comprá-las para industrializá-las. Assim, a integração de capitais industriais, agrários, bancários e etc. resultaram em várias formas de associação. Ao estado, como foi conferido o papel de regulação estatal, visando financiar, patrocinar e administrar a captura da margem de lucros na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados. Foi nesse contexto, portanto, que o complexo agroindustrial brasileiro encontrou

terreno fértil para se desenvolver autonomamente e, a partir daí, o Brasil começou ocupar posições importantes na produção agrícola mundial (GRAZIANO, 1996).

3.2 OS FRUTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura era ideologicamente tida como um setor antiquado, tradicional, obsoleto e retardado e o intuito de sua modernização era transformá-la num setor moderno. Segundo ALMEIDA (2009), para alcançar o estágio de modernidade desejada, e baseando-se no meio urbano “desenvolvido por excelência”, a agricultura buscou integrar-se ao crescimento econômico nacional – e mundial – aumentando a produção e a produtividade através da relação de compra e venda à indústria. Outrora, a agricultura tinha papel secundário em relação ao setor industrial e seu caráter era apenas funcional, a sua industrialização era, portanto, sinônimo de progresso e modernidade no meio rural.

O processo denominado “modernização da agricultura” ocorreu entre os anos 1965 e 1985 e foi uma maneira de resolver os problemas de abastecimento de alimentos para o meio urbano e, ao mesmo tempo, para elevar as exportações primárias, que estavam estagnadas. A agricultura modernizada gerou mudanças expressivas no cenário agrário brasileiro em nível econômico, político, social, geográfico e ambiental.

Os avanços científicos e as inovações tecnológicas na agricultura, difundidos a partir da Revolução Verde, foram responsáveis por alavancar a economia brasileira e aumentar a produção de alimento, contribuindo, conseqüentemente, pela diminuição da fome crônica. Apesar disso, a modernização do campo trouxe inúmeros resultados negativos, tais como a exclusão social, o desemprego no campo e o êxodo rural. Além, é claro, de impactos ambientais.

3.2.1 Exclusão Social, desemprego no campo e êxodo rural.

A mecanização e o uso massivo de insumos, marcas da modernização no campo, culminou no desemprego e, por conseguinte, na diminuição da população das comunidades agrícolas. O Estado prometeu que, com a modernização, a terra seria coletivizada, os recursos técnicos aprimorados seriam disponibilizados, a infraestrutura no campo seria aperfeiçoada, o acesso a insumos, a assistência técnica e a extensão rural – que seriam capazes de orientar os agricultores na gestão eficiente da atividade agrícola - no entanto, não cumpriu suas

promessas de forma simétrica. Milhares de camponeses não foram contemplados com políticas de incentivo, principalmente no que diz respeito ao crédito e assistência técnica e o desenvolvimento das forças produtivas no campo ocorreu de forma conservadora, destinando a poucos empresários agrícolas e multinacionais as riquezas apropriadas pelo processo. Além disso, o governo militar alijou o campesinato e os trabalhadores rurais do acesso a terra em condições favoráveis, privando-os também de direitos básicos da legislação trabalhista, já garantidos aos trabalhadores do meio urbano desde os tempos da Era Vargas – confirmando um processo histórico de exclusão no campo. Como os pequenos agricultores tinham pouca influência para deter o avanço da agricultura industrial e como também não tinham os recursos para poder competir com a agricultura em grande escala a solução consistia, muitas vezes, em vender a terra e mudar-se para a cidade em busca de “melhores condições de vida”, ou seja, a precária condição do homem do campo favoreceu sua migração, resultando em outro problema: o processo de urbanização acelerado (DELGADO, 2012).

O processo modernizador não parece ter tido, em momento algum, objetivos genuínos, afinal suas consequências refletiram de modo bastante incoerente àquilo que se propôs inicialmente. A mecanização agrícola, promovida por vias do grande capital e por latifundiários gerou, de um lado, o desenvolvimento da modernidade agrícola - tendo em vista que se criou uma classe média rural produtora e consumidora dos modernos insumos, máquinas e equipamentos ofertados por um novo setor de produção industrial - e, de outro, a exclusão social, o desemprego e o êxodo rural (DELGADO, 2012). Além disso, o aumento da produtividade agrícola não eliminou o problema da fome, pois a maioria dos produtos, ainda é exportada para os países ricos industrializados. Nessa perspectiva, a agricultura modernizada apresenta até os dias de hoje seu caráter excludente: os excedentes produzidos são em sua maioria para abastecer o mercado internacional e boa parte da população brasileira, que poderia ter acesso aos alimentos aqui produzidos, tem fome e sofre com as desigualdades sociais.

3.2.2 Impactos Ambientais

A agricultura moderna, também conhecida como agricultura convencional, utiliza práticas que visam favorecer a alta produtividade em curto prazo, objetivando, portanto, a maximização da produção. Para atender à essas novas proposições, o setor agroalimentar sofreu inúmeras influências, tais como (HORLINGS; MARSDEN, 2011): manipulação das

condições ambientais, tais como da fertilidade (com fertilizantes), da terra (com drenagem, irrigação) e das relações ecológica (gestão química de programas e ervas daninha); desvinculação de produtos agrícolas de seus ambientes (estufas e criação intensiva de animais de granja); construção (engenharia) biológica de características intrínsecas da própria natureza e a industrialização de produtos alimentícios.

No entanto, para obter os resultados esperados, a agricultura nos moldes modernos acaba por comprometer a capacidade dos cultivos futuros. Para elucidar o *modus operandi* e, segundo GLISSMAN (2000), cita-se algumas práticas e seus efeitos:

- 1) O cultivo intensivo reduz a matéria orgânica, que reduz a fertilidade do solo e, portanto, sua qualidade.
- 2) A água do subsolo destinada à irrigação é utilizada numa velocidade superior que sua capacidade de recarga pluvial.
- 3) O monocultivo precisa de elevado uso de insumos de base tecnológica. O processo de preparo da terra, plantação, controle de ervas daninhas e colheita agride o solo. Além disso, as grandes áreas de cultivo de uma só espécie são mais suscetíveis ao ataque de pragas exigindo o uso abusivo de pesticidas sintéticos para contê-los.
- 4) A manipulação genética produz sementes híbridas que são muito mais eficazes, quanto à produtividade, do que as sementes crioulas. Contudo, as variedades híbridas requerem excelentes condições para alcançarem seu potencial, o que implica o uso de fertilizantes e pesticidas.
- 5) O controle químico de pragas e ervas-daninhas pode baixar drasticamente a população de pragas em curto prazo, mas ao serem expostas continuamente aos pesticidas as pragas se adaptam a eles, fazendo com que o agricultor tenha que utilizá-lo cada vez mais. Além disso, contaminam ar, água e solo.
- 6) Os fertilizantes sintéticos, que contem petróleo e depósitos minerais em sua composição são produzidos em grande escala e vendidos a baixo custo. Além disso, sua aplicação é bastante simples e “eficaz”, o que faz com que ela seja bastante consumida por parte das agroindústrias. Contudo, os componentes minerais dos fertilizantes sintéticos são facilmente lixiviados, comprometendo rios, lagos e aquíferos, ou seja, a água potável. Há estudos que comprovam que apenas 1% dos fertilizantes lançados sobre as plantações chega ao destino. O restante atinge outras áreas aquáticas ou terrestres.

Cada uma das práticas citadas acima é bastante usual e contribui individualmente para a agricultura moderna, mas como um conjunto de práticas elas formam um sistema no qual cada

uma depende da outra. Assim, é bastante frequente a necessidade de utilizá-las conjuntamente, principalmente para reforçar sua eficiência. A combinação das práticas tem efeitos nocivos em nível ambiental e humano (GLISSMAN, 2000).

De acordo com DELGADO (2012), a expansão agropecuária das *commodities* – produtos primários padronizados e armazenáveis com mercados organizados à escala mundial – contribui para a degradação do ambiente. O ritmo de seu crescimento pressupõe a abusiva utilização do pacote tecnológico dos agroquímicos, bem como a ampliação das áreas cultivadas do tipo monocultora como, por exemplo, a soja ou o milho. A expansão acelerada da produção de *commodities* que o Brasil vem experimentando tem necessária implicação negativa sobre a saúde humana e sobre o equilíbrio ambiental, tais como a redução da biodiversidade e os altos índices de emissão de dióxido de carbono na atmosfera, em consequência do uso abusivo de agrotóxicos¹¹. Como cita o autor, “a estratégia de expansão agrícola se apoia em dois pilares econômicos, de forte contradição com o meio ambiente: aprofundar a utilização dos agroquímicos em ritmo acelerado e expandir horizontalmente a área dessas culturas” (DELGADO, 2012, p 119).

O solo e seus processos de regeneração ocorrem numa velocidade inferior à velocidade da degradação sofrida e a o mesmo acontece com a água doce, que apesar de ser abundante, é limitada. Além disso, a manipulação genética reduz as variedades “naturais”, resultando na perda de genes e conseqüente redução do potencial de diversidade genética para as gerações futuras. Isso significa dizer que os recursos naturais são finitos e, na medida em que a vida humana transcorre numa base também finita, é necessário que os seres humanos pensem alternativas viáveis para equilibrar esta equação.

A partir da percepção da crise como padrão moderno de agricultura “emerge a discussão sobre a necessidade de promover estilos alternativos de agricultura, genericamente denominados de agricultura sustentável” (PAULUS, 1999, p. 60).

¹¹ De acordo com a Embrapa, o consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), são consumidas anualmente cerca de 130 mil toneladas no país; representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período. Disponível em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_21020079_2814.html>. Acessado em 15 de maio de 2015.

3.3 A SUSTENTABILIDADE DOS PROCESSOS AGRÍCOLAS

No início dos anos 1970, em oposição ao padrão produtivo dominante, começou a surgir um amplo conjunto de propostas de produção alternativas, visando à sustentabilidade dos “recursos”. Como cita ALMEIDA (2009), a estratégia de desenvolvimento rural sustentável tem como filosofia paralisar ou, ao menos, minimizar as sequelas das alterações antrópicas no meio ambiente.

Como citado no capítulo anterior, a noção de Desenvolvimento Sustentável surgiu em meio ao arcabouço de movimentos e discursos e sua definição ganhou maior precisão em 1972, a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. A partir do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” liderado por Gro Brundtlan, em 1987, o termo passa a remeter a um modelo de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações. Nesta definição, há a implicação do futuro e, considerando que o futuro é sempre incerto, ele depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos, ou seja, que são passíveis de esgotamento. Portanto, o desenvolvimento sustentável propõe a redução do uso de produtos e de matéria primas e o aumento da reutilização e técnicas de reciclagem, priorizando a qualidade dos processos.

A partir do reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas é insustentável a nível econômico, social e ambiental e da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças provocadas pelo modelo vigente, surgiu a noção de desenvolvimento rural sustentável. O conceito ganhou força através de atores que buscavam um modelo alternativo de desenvolvimento em que a agricultura pudesse ser “economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável”, acrescentando ainda a necessidade de ser, conforme cita ALMEIDA (2009) “culturalmente aceita, recuperando técnicas, valores e tradições”. Desse modo, o conceito de desenvolvimento agrícola sustentável abrange de um modo geral, as ansiedades de integrar a produtividade dos sistemas agrícolas a aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Embora o conceito de agricultura sustentável seja controverso e quase sempre indefinido, como cita ALTIERI (1998), ele é bastante útil, pois reconhece que a agricultura é transformada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais. De maneira geral, porém, para que a agricultura seja passível de qualificação sustentável, ela deve atender

alguns pressupostos básicos. Para GIPS (REINTJES et al, 1994, *apud* PAULUS, 1999.), a agricultura é sustentável quando atender as seguintes condições:

Ser ecologicamente correta: valoriza a qualidade dos “recursos” e a vitalidade dos agroecossistemas.

Ser economicamente viável: prevê a autossuficiência e a geração de renda. Além do produto agrícola direto (colheita), a conservação dos “recursos” e a minimização dos riscos são medidas e calculadas.

Ser socialmente justa: refere-se à justa disponibilização dos “recursos”, incluindo o uso da terra, o acesso ao capital e a participação na tomada de decisões de forma equitativa.

Ser “humana”: estima a valorização e o respeito a todas as formas de vida. A dignidade e a importância de todos os seres humanos devem ser reconhecidas e a integridade cultural da sociedade deve ser mantida.

Ser adaptável: diz respeito à necessidade de adaptar os processos ao ambiente e não o contrário. Também corresponde a capacidade de se adequar às mudanças sociais e culturais, inclusive no que tange ao desenvolvimento de novas tecnologias.

A estratégia de desenvolvimento rural sustentável tem como filosofia paralisar ou, ao menos, minimizar as sequelas das alterações antrópicas no ambiente (ALMEIDA, 2009). Além da questão ambiental, tais como a manutenção dos recursos naturais e da produtividade agrícola em longo prazo e o mínimo de impactos atribuídos ao ambiente, incorpora também a questão social, na medida em que prevê o justo retorno financeiro aos agricultores, a mínima utilização de insumos químicos visando a saúde humana, a satisfação das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais e a soberania alimentar.

Um aspecto importante na construção da maioria das alternativas à agricultura moderna é a valorização das comunidades rurais em seus aspectos sociais, humanos e culturais. A agricultura é, além de uma atividade econômica, uma prática cultural e, no que tange à agricultura sustentável, a diversidade cultural é tão importante quanto à biodiversidade. A contestação das técnicas e procedimentos difundidos pela agricultura moderna, especialmente no que diz respeito à utilização de agroquímicos, não é nova. De acordo com PAULUS (1999), já nas primeiras décadas deste século surgiram movimentos contestatórios de agricultura. Os principais movimentos de alternativas à agricultura moderna surgiram nas décadas de 1920 e 1930, quando esse modelo de agricultura estava em fase de implantação na Europa e Estados Unidos.

Dentre as correntes de agriculturas alternativas à agricultura moderna, algumas valorizam a biodiversidade como um componente fundamental e discordam da concepção de

natureza predominante na sociedade ocidental. Estas formas de produzir, opostas ao modelo convencional, serão denominadas neste trabalho como “Agricultura de Base Ecológica”. Alguns modelos, de acordo com os estudos de PAULUS (1999), podem ser mencionados:

Agricultura Biodinâmica: acredita que a agricultura é influenciada por forças espirituais e cósmicas que interagem com plantas e animais. Não somente aspectos técnicos e produtivistas da relação entre humanos e natureza são levados em conta, mas ao contrário, prevê uma relação mais integradora do homem no universo.

Agricultura Biológica: a ênfase nas técnicas agrícolas incide no manejo dos solos, na fertilização e na rotação de culturas. Os adeptos indicam a incorporação de rochas moídas no solo e a adubação orgânica de origem animal. Além disto, existe a preocupação com a autonomia dos produtores e comercialização direta aos consumidores.

Agricultura Orgânica: a sustentabilidade dos processos agrícolas está fundamentada na conservação da fertilidade do solo, chamando a atenção para o papel essencial da matéria orgânica e dos microorganismos do solo. Também prioriza a integração entre a produção vegetal e animal.

Agricultura Natural: prevê a mínima intervenção humana nos processos da natureza. Os simpatizantes recomendam a ausência de aração e capinas e, claro, coíbem o uso de fertilizantes e pesticidas. A base da proposta consiste na “sucessão natural” de espécies que devem ser produzidas sem contribuição dos insumos externos e sem modificar a base dos ecossistemas locais.

Permacultura: engloba métodos holísticos para planejar, atualizar e manter os ecossistemas. Além disso, é completa e modelada sobre outros ecossistemas existentes. A permacultura busca, nas questões de manejo, a utilização de fontes de energia eficientes, a inclusão de animais como forma de aproveitamento de pasto, a reciclagem de nutrientes e resíduos dentro do sistema. Também advém sobre a importância da ampliação para cidades novas e nas estratégias de desenvolvimento local e regional capazes de promover a estabilidade regional e a evolução do comércio regional, reduzindo a dependência de propriedades ou energias distantes.

Dentre todas as correntes desenvolvidas a partir dos princípios sustentáveis, a agricultura orgânica tem sido a mais difundida, sendo considerada por grande parte das pessoas, como sinônima de todas as outras. Contemporaneamente, uma proposta alternativa à agricultura moderna foi concebida dentro do arcabouço conceitual da agroecologia (PAULUS, 1999).

A agroecologia representa um modelo viável de produção animal e vegetal, baseado em tecnologias que atendem aos princípios de produtividade, rentabilidade e qualidade do produto, buscados através de processos capazes de respeitarem os ciclos naturais do meio natural e opondo-se, portanto, à agricultura moderna geradora de negativos impactos sociais e ambientais. A mudança do modelo convencional para o agroecológico está em transição em várias partes do Brasil e, atualmente, já existem muitos movimentos de disseminação da cultura da alimentação saudável e da difusão de tecnologias agroecológicas, capazes de produzir alimentos livres de agrotóxico.

3.4 A CIÊNCIA AGROECOLÓGICA E A TÉCNICA DE PRODUÇÃO ORGNÂNICA

A Agroecologia surgiu em 1970¹² e pode ser entendida como ciência ou movimento. Ela busca a compreensão do funcionamento dos agrossistemas e das distintas interações presentes neles, tendo como princípio a biodiversidade dos sistemas agrícolas e priorizando formas de produção auto regulatórias, objetivando a sustentabilidade. Por este motivo ela não existe isoladamente, mas ao contrário: existe como um campo de conhecimento multidisciplinar e integra conhecimentos das ciências humanas e naturais, na medida em que busca promover o desenvolvimento rural sustentável aliando disciplinas como agronomia, antropologia, biologia, ciência política, economia, sociologia, entre outros.

Seus ensinamentos visam contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais de sustentabilidade numa perspectiva multidimensional. Ela retoma antigas formas de cultivo de alimentos, como o resgate de saberes populares tradicionais, ao mesmo tempo em que aplica modernas tecnologias agroecológicas apontando para uma ruptura com o paradigma da “químio-mecanização”, como sugere ALMEIDA (1998), que concebe o ambiente como uma mina, ou mero suporte físico da qual se extraem mercadorias e lucro imediato (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Na busca por agroecossistemas¹³ sustentáveis, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a máxima conservação dos “recursos”. Agroecossistemas sustentáveis e de alta produtividade devem ser capazes de

¹² O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática têm a idade da própria agricultura (HECTH, 1989).

¹³ Um agroecossistema é um ecossistema associado a algum tipo de produção agrícola. Como indica GLIESMANN (2000, p. 61), “o conceito de agroecossistema dá a base para a análise dos sistemas de produção, incluindo os conjuntos de insumos e práticas e as interconexões que os compõem.”.

apresentar características quanto mais semelhantes possível dos agroecossistemas naturais (GLIESMANN, 2000). Portanto, como sintetiza ALTIERI (1998, p. 18), “a produção sustentável de um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes”.

As práticas típicas da agricultura moderna tornaram-se insustentáveis por ocasião do uso intensivo do solo, do monocultivo, da aplicação indiscriminada de fertilizantes sintéticos e abuso do uso de agrotóxicos e, diante disso, a agroecologia se apresentou como um modelo viável de produção animal e vegetal, baseado em tecnologias que atendem aos princípios de produtividade, rentabilidade e qualidade do produto, buscados através de processos capazes de respeitarem os ciclos naturais do meio natural e opondo-se, portanto, à agricultura moderna geradora de negativos impactos sociais e ambientais. Desta forma, ela dá conta de abastecer o mercado exigido respeitando os ciclos naturais e contribuindo para a regeneração dos “recursos” e visando a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, produção de base ecológica é aquela que

Busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10. 831, de 23 de dezembro de 2003, e sua regulamentação. (BRASIL, 2012)

O alimento orgânico, por sua vez, pode ser agroecológico ou não, tendo em vista que produtos orgânicos podem ser produzidos nos moldes da agricultura convencional ou da monocultura e considerando que eles apenas não usam da química industrial como principal meio de combate às pragas e de fonte de fertilizantes para a adubação. Apesar da origem imbricada, a agroecologia e a agricultura orgânica não são sinônimas: a agroecologia é uma ciência e agricultura orgânica é uma prática agrícola (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

A agricultura orgânica é um processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos. Ao não utilizar fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos, ela assegura o fornecimento de alimentos saudáveis, mais saborosos e de maior durabilidade.

De acordo com o MDA “o conceito de sistemas orgânicos de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativos, biológico, agroecológico, permacultura” (BRASIL, 2003). Ou seja, produtos agroecológicos são orgânicos, mas produtos orgânicos não são, necessariamente, agroecológicos.

A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, afirma, a respeito do sistema orgânico de produção agropecuária, que:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003)

E, no que diz respeito ao produto orgânico, cita que

Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ao oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo os critérios estabelecidos em regulamento (BRASIL, 2003).

No Brasil, a regulamentação e o cadastro de todos os produtores orgânicos são de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastamento (MAPA). De acordo com o MAPA (2012), a agricultura orgânica é uma excelente alternativa já que, por não utilizar adubos químicos, agrotóxicos e substâncias sintéticas promove, ao mesmo tempo, qualidade de vida e proteção ao meio ambiente.

Diante do avanço da produção orgânica, foi instituída, em 20 de agosto de 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), através do decreto número 7.794 e cujo objetivo consiste em:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e da oferta de e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

3.4.1 Transição e Certificação

O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é sem dúvida um dos países com maior

potencial para o crescimento da produção orgânica (MDA, 2013). Apesar disso, a transição de sistemas convencionais de produção para sistemas orgânicos é bastante complexa, já que segundo ASSIS e ROMEIRO (2007, p. 1), muitos aspectos estão envolvidos nesta conversão, tais como “a existência de custos e barreiras à entrada, relacionados à perda inicial de produtividade devido ao tempo de recondicionamento do solo”; dificuldade no acesso à informação, resistência dos interesses industriais, estrutura ainda precária de comercialização, baixa interação com o mercado, alto custo de transformação em decorrência do alto grau de degradação dos solos que já perderem as suas principais características biológicas.

O decreto número 7.794 de agosto de 2012 caracteriza transição agroecológica como

Processo gradual de mudança de práticas e manejo de agrossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio de transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporarem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

Os produtos agroecológicos não possuem certificação, considerando que a agroecologia não é um meio de produção, mas, como dito anteriormente, pode ser entendida como ciência, movimento ou prática, já que engloba diversas áreas com o intuito de garantir a sustentabilidade agrícola. Os produtos orgânicos, por sua vez, devem ser certificados.

Como o desenvolvimento do mercado de orgânicos está relacionado à confiança dos consumidores quando à organicidade dos produtos, é indispensável que haja mecanismos eficientes de averiguação capazes de garantir a autenticidade dos produtos, que poderá ser assegurado por meios eficientes de certificação.

O MDA exige que o produtor orgânico esteja inscrito no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, mas para a efetivação do cadastro é preciso que o mesmo tenha passado por um processo de certificação. Como a rede de produção orgânica no Brasil é consideravelmente diversa, foram regulamentados três mecanismos distintos de certificação, quais sejam:

- *Certificação por Auditoria:* A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificação pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.
- *Sistemas Participativos de Garantia (SPG):* correspondem a um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, que visa assegurar a

garantia de um produto ou serviço e que atende a regulamentos e normas específicas. De acordo com o MDA (2013) “eles são caracterizados pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados”.

- *Organização de Controle Social (OCS)*: na venda direta de produtores orgânicos sem certificação: A legislação brasileira não obriga a certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar, entretanto, exige-se o credenciamento numa organização de controle social¹⁴ cadastradas nos órgãos fiscalizadores, no caso, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Como afirma o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Dois conceitos são fundamentais na produção orgânica: a relação de confiança ente o produtor e consumidor e o controle de qualidade. O selo SisOrg é obtido por meio de uma Certificação por Auditoria ou por um Sistema Participativo de Garantia. Os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores (BRASIL, 2013).

Portanto, embora os produtores que adotam qualquer um dos mecanismos devam integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, apenas os que empregam a Certificação por Auditoria ou o Sistema Participativo de Garantia são autorizados a usar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) nos produtos.

Como afirma PAULUS (1999), a certificação dos produtos orgânicos ainda é um campo de dissensos entre os defensores e promotores da agricultura de base ecológica. As maiores divergências aludem aos processos produtivos. Além disso, o alto custo com burocracia e questões relacionadas à centralização do poder de decisão sobre a concessão do selo também colaboram para a instauração de divergências dos agentes sociais inseridos neste contexto. Mas, embora o certificado incida sobre o produto final, a sua instituição é, nada menos, que uma tentativa de normatizar aspectos do processo produtivo.

¹⁴ A organização de controle social pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica de agricultores familiares.

4 O VALE DO TAQUARI E A AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA

“Ao mesmo tempo em que queremos aprender e explorar todas as coisas esperamos que todas as coisas sejam misteriosas e inexploráveis, que a terra e o mar sejam infinitamente selvagens, imapeados e insondados porque insondáveis. Nunca nos cansaremos da Natureza”.

Henry David Thoreau

4.1 AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL

Os impactos sociais e naturais causados pela agricultura moderna, em 1970, começaram a chamar a atenção da opinião pública sobre os possíveis efeitos no ambiente e na saúde, principalmente na contaminação de alimentos de consumo humano por agrotóxicos. A partir disso, muitos movimentos contestatórios surgiram. O ativismo de ecologistas e a crescente adesão da população neste assunto incitaram diversas denúncias e protestos, o que estimulou o nascimento de propostas de agriculturas alternativas ao padrão convencional, tais como a agricultura biodinâmica, biológica, natural, orgânica ou a permacultura, já citadas no capítulo anterior.

No Rio Grande do Sul, a gênese das experiências mais relevantes em agricultura de base ecológica, mais especificamente aquelas destinadas à produção de alimentos para consumo humano direto, está na necessidade criada por e a partir de grupos de consumidores urbanos, que se organizaram para comprar alimentos mais saudáveis (inicialmente integrais e, num segundo momento, orgânicos). Isso não significa que não houvessem técnicos ou agricultores preocupados com os rumos da agricultura moderna, mas que a organização de um grupo de consumidores ecologistas, no final da década de 1980, foi o pontapé inicial para a organização de produção alternativa no estado. Fato é que os movimentos contestatórios existentes na década de 1970 influenciaram a constituição de modelos de agriculturas alternativas (ALMEIDA, 1989). Nota-se, portanto, a necessidade de estimular experiências alternativas de agriculturas: a propagação de uma experiência como, por exemplo, a feira ecológica e o mercado da Coolméia¹⁵, incitou o surgimento de outras associações de agricultores ecologistas e também de outras feiras ecológicas no Rio Grande do Sul (PAULUS, 1999). O número de consumidores cresceu e o consumo de produtos orgânicos deixou de ser eventual tornando-se cada vez mais frequente.

¹⁵ A Cooperativa Ecológica Coolméia foi responsável pela organização da 1ª Feira Ecológica de Porto Alegre, realizada em 16 de outubro de 1989.

A emergência de movimentos sociais preocupados com o ambiente e com a qualidade dos alimentos tem uma importância crescente, “seja no redirecionamento de padrões de consumo, que acabam por influenciar o modelo tecnológico de produção, seja na definição de políticas públicas voltadas para a agricultura” (PAULUS, 1999). De qualquer forma, ambos os caminhos conduzem para o crescimento da renda familiar: se de um lado os novos padrões de consumo implicam em novas demandas e, portanto, em novos mercados, de outro, as políticas públicas voltadas para a agricultura, especialmente a ecológica, têm atribuído maior valor aos produtos oriundos desta, veja-se o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que pagam até 30% a mais por produtos orgânicos. Apesar disto, não se pode negar a dissonância entre os investimentos em favor da agricultura convencional (vide crédito rural no Brasil, por exemplo) e os investimentos em prol de alternativas sustentáveis.

Ainda que haja um mercado em potencial para produtos orgânicos, a sua existência não foi suficiente para desencadear uma mudança no modelo produtivo. O que tem determinado os rumos dessa mudança é a maneira como essas experiências se organizam.

A produção de base ecológica é sempre consequência de um emaranhado de motivos: crenças, valores, sentimentos, interesses, oportunidades. Ao mesmo tempo em que a sensibilidade ambiental motivou pessoas a, enquanto consumidoras, procurar por uma alimentação mais saudável, capazes de preservar o equilíbrio ecológico, técnicos e agricultores viram a oportunidade de produzir de tal forma, prevendo haver pessoas dispostas a comprar seus produtos, e o Estado, percebendo a demanda e a necessidade, criou políticas públicas, que tendem a estimular a preservação ambiental, a segurança alimentar e a ascensão econômica de categorias. A partir deste arranjo, muitos outros agricultores aderiram a modelos alternativos de produção.

As experiências de agricultura de base ecológica referidas nesta pesquisa apontam para o seguinte questionamento: a adoção de práticas agroalimentares sustentáveis é fruto de um novo padrão produtivo, da necessidade de reproduzir a segurança alimentar, das influências discursivas atuais, sem romper com a ideia de natureza à disposição da humanidade, ou seja, de uma preservação da natureza para a preservação da humanidade, ou é algo mais profundo, estando suas causas pautadas na noção de natureza como ser vivo dotado de essência própria e, portanto, merecedora de ter seus direitos salvaguardados?

É o arranjo de forças resultantes das características socioculturais, econômicas, políticas públicas, assistência técnica e organização, ou seja, as especificidades locais e regionais é que irão definir o padrão ecológico resultante.

4.2 DESCRIÇÃO DO VALE DO TAQUARI

Existem diversas iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no sul do Brasil que adotam formas de produção alternativas à agricultura moderna, visando à sustentabilidade dos “recursos naturais”. Elas são genericamente denominadas de ecológicas ou sustentáveis¹⁶, variando de acordo com as práticas e as ideais formuladas sobre a agricultura. No Rio Grande do Sul, muito influenciados por movimentos agrários e ONG’s, agricultores familiares adotaram o termo “orgânico” para contemplar suas práticas. Atualmente, o termo “agroecológico” também tem sido empregado por aqueles que buscam a sustentabilidade em sua amplitude.

O Vale do Taquari está localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, distante cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre e situado às margens do rio Taquari e seus afluentes. A região possui 4.821 km² de área (1, 71% da área do Estado), distribuídos em 36 municípios. A sua população total é de 327.822 habitantes (3,07% do Estado – Censo Demográfico 2010), dos quais 73,85% residem em áreas urbanas e 26,15% em áreas rurais. Lajeado é a cidade polo da região e concentra 21,91% da população regional.

Aparentemente, de acordo com os dados expostos acima, trata-se de uma região com características urbanas. No entanto, ainda que a seja uma região cuja população resida, predominantemente, no meio urbano, o Vale do Taquari apresenta muitas características rurais: dos 36 municípios, apenas seis (Lajeado, Estrela, Encantado, Teutônia, Taquari e Arvorezinha) concentram 58,5% do total da população da região; 23 possuem percentual de população rural superior à urbana e 22 municípios possuem até 5.000 mil habitantes. Além disso, e contrariando as tendências nacionais de esvaziamento dos espaços rurais, existe na região três municípios com mais de 80% e nove com mais de 70% de sua população residindo em áreas rurais (BDR, 2008).

A ruralidade da região é representada por 31.645 propriedades com área média de 13,32 hectares. Tais propriedades foram responsáveis, no ano de 2005, por 26,42% (60.658 toneladas) do total de produção de erva-mate do Estado e por 6,36% (29.953 ton) da produção estadual do fumo. Porém, o principal produto relacionado à área de plantio, é o milho, que representou 3, 95% do total produzido no Rio Grande do Sul e 33% do Valor de Produção Agrícola da região. Além do milho como principal gerador de receita agrícola, destacam-se, também, o fumo com 13 %, a soja com 12 % e a mandioca com 11 %. Com relação ao PIB agrícola, o milho contribui com 33% da geração de riqueza e o fumo com 25%.

¹⁶ Nota-se que a denominação de “ecológicos ou sustentáveis” não indica oposição, mas opcionalidade.

Em 2005, do Valor Adicionado Bruto (VAB), 51% foram provenientes do setor de serviços, 37% do setor industrial e 11,4% do setor agropecuário, este último correspondendo a R\$ 454.086.790,00 (RUMOS 2015; 2006). No mesmo ano, para 21 municípios, mais de 30% do VAB era procedente do setor agropecuário, sendo que cinco deles possuíam o VAB agropecuário maior do que o dos setores da indústria e serviço. A produção de animais e derivados também é significativa na região, com destaque para frangos, suínos e leite, que representam, respectivamente, 27,97%, 14,39% e 8,46% da produção total do estado (RUMOS 2015; 2006).

Os dados expostos acima demonstram a importância do setor rural na região e os impactos multiplicadores de geração da riqueza a partir da agricultura e pecuária. Contando com a oferta de matéria-prima vinda da agropecuária, a agroindústria processadora é uma das principais forças econômicas no Vale do Taquari, com representatividade no mercado nacional e internacional, principalmente na produção de carne e leite.

O PIB da região está concentrado no setor industrial, representando 50%, com participação de 27,5 % do setor de serviços e 19,5 % do setor agropecuário (RUMOS 2015; 2006). O percentual do PIB proveniente do setor rural cresce consideravelmente se for levada em conta, no cálculo desse indicador econômico, a abordagem do agronegócio, que envolve além do conjunto de propriedades rurais existentes na região, os fornecedores de insumos e máquinas para o setor agropecuário, as agroindústrias de processamento de matérias-primas e a distribuição e varejo de alimentos (SCHULTZ et al, 2009).

A região do Vale do Taquari caracteriza-se por possuir muitas agroindústrias com marca reconhecidas nacionalmente. Estas agroindústrias compram matéria-prima de outras regiões e exportam volumes significativos para outros estados e países. Portanto, no que diz respeito ao processamento de matérias- primas agrícolas, é uma região de destaque no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2005 a região foi responsável pelo processamento de 30% de leite do estado, 7% da soja e 5% do trigo. O processamento de aves e suínos também é expressivo, correspondendo a 11% do volume do estado (RUMOS 2015; 2006). A industrialização nestas cadeias produtivas colabora para tornar o Vale do Taquari um gerador de riquezas a partir do agronegócio de alimentos. “Outros setores, tais como o de couros, calçados, madeira e móveis contribuem, também de forma significativa, para a geração de riqueza no agronegócio não alimentar” (SCHULTZ et al, 2009, p. 10).

Estudos realizados em 2008 demonstraram que a agricultura orgânica estava presente em 15 municípios, ou seja, 42% do total de municípios da região. Nestes municípios haviam sido identificadas 66 propriedades cuja produção enquadrava-se como orgânica,

representando 0,26% do total de propriedades existentes, percentual que se aproximava da média brasileira, já que dados divulgados demonstravam a existência de 15.000 propriedades consideradas orgânicas em todo o país, ou seja, 0,27% do total. (WILLER; YUSSEFI-MENZLER; SORENSEN, 2008 apud SCHULTZ et al, 2009). Nesse sentido, a realidade do Vale do Taquari e a realidade brasileira são semelhantes.

De outro modo, ao se considerar outros aspectos, as diferenças são significativas. As principais contestações com relação à produção orgânica na região são as seguintes: a) baixa disponibilidade de assistência técnica; b) trajetória na agricultura orgânica em torno de oito a dez anos; c) baixa inserção em organizações e controle social e pouca utilização de mecanismos de garantia de qualidade por meio da certificação; d) inexistência de políticas públicas locais de incentivo à produção orgânica e baixo acesso ao crédito rural; e) desconhecimento do poder público municipal, e até mesmo da assistência técnica oficial, dos sistemas orgânicos de produção existentes nos municípios (SCHULTZ *et al*, 2009).

Em 2008 as hortaliças apareceram como sistema orgânico de produção predominante na região, totalizando 41 propriedades identificadas. Produtos como o morango e o gergelim apresentavam uma tendência de crescimento. Além destes, embora com menor expressão, estavam o fumo, erva-mate, uva, soja, laranja e cana de açúcar. Com relação à produção animal, característica predominante da produção convencional na região do Vale do Taquari, identificou-se alguns produtores de leite que estavam em processo de transição para a produção orgânica.

Atualmente, o Vale do Taquari possui 26.497 agricultores familiares (incluem-se aqui a produção de grãos, leite, criação de aves e suínos, entre outras atividades), dos quais apenas 3% produzem de forma orgânica ou estão em processo de transição. Apesar do número pouco expressivo, a produção livre de agrotóxicos tem sido estimulada pela procura dos consumidores e por projetos de incentivo à transição ecológica, tais como o Programa de Agricultura de Base Ecológica, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). Ainda que se trate de uma mesma região, deve-se considerar que os municípios escolhidos para esta pesquisa apresentam características muito distintas entre si, inclusive nos aspectos relacionados às suas ruralidades.

2.1 Arroio do Meio

Arroio do Meio é um município que possui uma área de 153,7 km² e uma população total de 18.783 habitantes, dos quais 4.120 residem em área rural (21,93%). O PIB é de R\$

460.150,85, o PIB *per capita* de R\$ 24.374,98 e o VAB oriundo da agropecuária corresponde a 9, 21%.

No município existe um grupo de agricultores de base ecológica, denominado “Grupo de Agricultores Ecológicos do Forqueta” que, há mais de 15 anos, estimula e vivencia a agroecologia. Destes agricultores, cinco já são certificados pela Rede Ecovida há mais de três anos e 13 estão em vias de obter a certificação. Aos sábados ocorre a feira ecológica, realizada no centro do município. Lá, agricultores autorizados expõem seus produtos e realizam a venda direta aos consumidores. Recentemente os agricultores da localidade de Forqueta criaram a “Rota Turística”. O roteiro inclui ida ao local de plantio, trilha ecológica, visita ao mirante local, igrejas e acervos, café colonial e degustação do que é produzido no local.

Assim como nos demais municípios, foram feitas visitas a quatro propriedades e, portanto, realizadas quatro entrevistas. Os nomes não serão citados para garantir o anonimato dos entrevistados. Aqui, eles serão identificados como AR1, AR2, AR3, AR4.

Caracterização da Produção:

AR1: Identifica-se como “agroecológico”; produz de forma 100% ecológica há 15 anos; atua na produção de olerícolas; tem três pessoas envolvidas com a produção e comercialização; possui certificação da Rede Ecovida; realiza a venda direta por meio do sistema “Colhe e Paga”, em que o consumidor se dirige até a propriedade para colher os produtos que quiser levar, sendo também uma forma de oportunizar que o consumidor vivencie tal experiência, e na feira municipal realizada aos sábados de manhã. Também realiza a venda para restaurantes, para a rede supermercadista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)¹⁷ e para o PAA e PNAE.

AR2: Identifica-se como “agroecológico”; produz de forma 100% ecológica há 15 anos; atua na produção de olerícolas; tem duas pessoas envolvidas na produção e comercialização; possui certificação da Rede Ecovida; realiza a venda direta aos sábados, na feira municipal e também realiza a venda para a rede supermercadista do STR e para algumas escolas municipais.

¹⁷ O primeiro supermercado do STR foi inaugurado dia 05 de julho de 1991, em Lajeado. A partir do ano 2000 várias filiais foram abertas em outros municípios da região do Vale do Taquari.

AR3: Identifica-se como “agroecológico”; produz de forma orgânica há 12 anos – mas “*se pudesse voltar no tempo teria iniciado muito antes*”; atua na produção de alfaces do tipo crespa, roxa e americana e também na produção de leite; apenas uma pessoa está envolvida na produção e comercialização; está em vias de obter a certificação; realiza a venda direta na feira municipal e também para a rede supermercadista do STR e para o PAA e PNAE.

AR4: Identifica-se como “agroecológico”; produz de forma orgânica há nove anos; atua na produção de hortaliças e moranguinho; duas pessoas estão envolvidas na produção e na comercialização; possui certificação da Rede Ecovida; comercializa os produtos de forma direta na feira municipal e também comercializa para restaurantes, rede supermercadista do STR, para o PAA e PNAE.



Figura 2. Produção Agroecológica de AR1, em Arroio do Meio/RS.
Fonte: Autora.



Figura 3. Encontro de Troca de Sementes Crioulas em Arroio do Meio/RS
Fonte: Autora.



Figura 4. Frutos da groselheira utilizados para a fabricação de sucos de AR3, em Arroio do Meio/RS.
Fonte: Autora.

4.1.2 Colinas

Colinas é um município que possui uma área de 57,25 km², e uma população total de 2.420 habitantes, dos quais 1.315 residem em área rural (54,33%). O PIB é de R\$ 30.627,15, PIB *per capita* de R\$ 12.394,64 e o VAB oriundo da agropecuária correspondendo a 46, 68%.

Em 2010, a prefeitura junto à Emater realizou um extenso trabalho de incentivo à agricultura orgânica. A horta orgânica, antes destinada apenas para consumo próprio, cresceu e passou a ser destinada também à comercialização em escolas municipais e redes de supermercados. Posteriormente, com o PAA e PNAE, agricultores tiveram a oportunidade de aumentar sua renda familiar. Os agricultores serão identificados como C1, C2, C3 e C4.

Caracterização da Produção:

C1: identifica-se como “produtor orgânico”; produz de forma orgânica há quatro anos; atua na produção de olerícolas e moranguinhos; apenas uma pessoa está envolvida nos processos relacionados à produção orgânica; não possui certificação; vende os produtos de forma direta na feira municipal e também para o PAA e PNAE. Além disso, produz milho e soja, ambos de maneira convencional, assim como galinhas, porcos e vacas.

C2: identifica-se como “produtor orgânico”; produz de forma orgânica há cinco anos; atua na produção de hortaliças; apenas uma pessoa está envolvida na produção orgânica; não

possui certificação; vende os produtos para eventos municipais, PAA e PNAE. Produz milho e soja de maneira convencional em áreas distantes.

C3: não há identificação como produtor orgânico porque também produz de forma convencional; produz hortaliças de forma orgânica há quatro anos; duas pessoas estão envolvidas na produção de hortaliças; não possui certificação; vende os produtos para o PAA e PNAE. Além disso, produz milho e soja, ambos de maneira convencional, assim como galinhas, porcos e vacas.

C4: não há identificação como produtor orgânico porque “sua maneira de produzir não foi legitimada”, ou seja, não foi certificada; produz olerícolas de forma orgânica há quatro anos; uma pessoa está envolvida na produção e comercialização; vende os produtos para o PAA e PNAE.



Figura 5. Berinjelas produzidas por C1 exclusivamente para o abastecimento das escolas municipais, em Colinas/RS.



Figura 6. Açude usado para a irrigação da produção de C2, em Colinas/RS. Fonte: Autora.

4.2.3 Lajeado

Lajeado é o município polo da região do Vale do Taquari, possui 90,4 km² e uma população total de 71.841 habitantes, dos quais apenas 265 residem em área rural, ou seja, muito menos de 1% da população total. O PIB é de R\$1.620.264,19, o PIB *per capita* de R\$ 22.785,00 e o VAB oriundo da agropecuária corresponde a 0,91%.

Segundo a avaliação da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Lajeado está em 15º lugar das cidades brasileiras mais desenvolvidas no quesito emprego e renda, educação e saúde e em 1º lugar dentre as cidades gaúchas.

Os poucos habitantes da zona rural sobrevivem da agricultura, abastecendo os mercados locais, comercializando de forma direta nas feiras do produtor rural e fornecendo para o PAA e PNAE. No entanto, são pouquíssimos os agricultores que produzem segundo princípios ecológicos. Os entrevistados deste município são identificados como L1, L2, L3 e L4.

Caracterização da Produção

L1: identifica-se como “produtor orgânico”; produz de forma orgânica há 12 anos; atua na produção de olerícolas; três pessoas estão envolvidas na produção orgânica e sua comercialização; não possui certificação; produz e comercializa apenas o que é da época, já que “os produtos devem se adaptar ao ambiente e não o ambiente aos produtos”; vende os produtos nas feiras municipais (terças, quartas, quintas e sábados) e também vende para restaurantes, supermercados, PAA e PNAE. Consumidores visitam a propriedade com frequência e estabelecem uma relação de “confiabilidade” para com o produtor.

L2: identifica-se como “produtor orgânico”; produz de forma orgânica há 15 anos; atua na produção de olerícolas; três pessoas estão envolvidas na produção e comercialização; não possui certificação; vende os produtos nas feiras municipais (terças, quartas, quintas e sábados) e também vende para supermercados, PAA e PNAE.

L3: identifica-se como “produtor orgânico”; produz de forma orgânica há 12 anos; atua na produção de olerícolas; duas pessoas estão envolvidas na produção orgânica e sua comercialização; não possui certificação; vende os produtos nas feiras municipais (terças, quartas, quintas e sábados), também os vende para supermercados, PAA e PNAE. Quando seus produtos “não vingam”, tais como cenoura e tomate, compra de outros produtores “sem

confirmar se são orgânicos”. Além disso, produz milho e soja, ambos de maneira convencional.

L4: identifica-se como “produtor orgânico”; produz de forma orgânica há dez anos; atua exclusivamente na produção de hortaliças e moranguinhos; duas pessoas estão envolvidas na produção e comercialização; não possui certificação; vende os produtos para restaurantes, supermercados, PAA e PNAE. Os seus consumidores (nutricionistas, proprietários de restaurantes) frequentam a propriedade para estabelecer a relação de “confiabilidade”. Possui galinhas, porcos e vacas para consumo próprio e também segue princípios “sustentáveis”.



Figura 7. Plantação de mandioca de L1, em Lajeado/RS.
Fonte: Autora.



Figura 8. Cará utilizado na fabricação de pão de L2, em Lajeado/RS.
Fonte: Autora.

4.3 AS EXPERIÊNCIAS NA AGRICULTURA ECOLÓGICA

Para poder compreender quais as representações sociais entre agricultores de base ecológica sobre a natureza foi necessário investigar as principais motivações por trás dos métodos alternativos e as dificuldades enfrentadas. Foi preciso atentar, também, para possíveis contradições do ponto de vista técnico, já que isto pode referir a ideais, sentimentos e atitudes perante a natureza.

Entre os vários aspectos envolvidos nas experiências de agricultura de base ecológica, observados nesta pesquisa, alguns se destacam.

4.3.1 Quanto às motivações

Aspectos relacionados à saúde:

Problemas de saúde relacionados à intoxicação por agrotóxicos foram mencionados em muitas entrevistas. Vários agricultores entrevistados citaram o fato de eles próprios, amigos ou familiares sofrerem com algum tipo de intoxicação relacionado ao manuseio de agrotóxicos. A produção ecológica representa a não exposição aos produtos nocivos aos seres humanos.

“meu esposo viu o tio dele, o estado em que ele tava...problemas de saúde de usar o agrotóxico. Até que ele morreu. Bah, o tio, que nunca tinha nada...bateu nele [no esposo] assim, não vou mais usar [agrotóxico]!” - L1.

“eu mesma há muitos anos atrás tinha os olhos sempre irritados e muita coceira na pele. A gente não usava aquelas máscaras e luvas. Mas isso já mostra que é coisa ruim. Se precisa dessa proteção toda é porque faz mal, então imagina o que não faz nos alimentos”. – AR2

Outro aspecto diz respeito ao reconhecimento do valor nutricional do alimento orgânico. Além disso, foi mencionado, também, o despertar de uma sensibilidade coletiva em relação à alimentação saudável, uma questão de *natureza ética e social*. Em muitos depoimentos foi mencionado que a produção de alimentos para consumo próprio sempre foi orgânica, mesmo quando ainda moravam na casa dos pais. Produtos mais tradicionais entre as refeições familiares, tais como feijão, mandioca e batata, além de todas as hortaliças, não levavam nenhum tipo de adubação química e agrotóxicos. Apenas produtos comercializados eram produzidos segundo métodos convencionais.

“a gente tem que pensar no meio ambiente, em quem consome...porque na verdade, eu não vou dar pros filhos do outro comer aquilo que eu não dou para a minha filha, né?!” – AR1

“ é só ver.. o alimento ele é muito mais saboroso e durável. Ele dura mais porque está cheio de nutrientes da terra, que deixam ele mais saudável. Eu e minha família só comemos eles, por que vou vender pros outros outra coisa? A gente tem que pensar nos outros também”. – L1

Aspectos relacionados à natureza:

Os modelos de agricultura de base ecológica protegem o ambiente já que preservam os seus “recursos”. Alguns entrevistados, principalmente os de Arroio do Meio, disseram que produzir de forma ecológica é, primeiramente, “um estilo de vida”. Este estilo é harmonioso e permite que os ecossistemas mantenham-se equilibrados porque os microrganismos responsáveis pela biodiversidade permanecem vivos. Além disso, citam que, além de a água e o ar não sofrerem nenhum tipo de contaminação, “os animais vivem livres”.

“A natureza é um conjunto de coisas, é a terra, o ser humano, todos os seres vivos. Não dá pra gente viver sem a natureza; ela é a nossa casa, ela quem dá alimento. Temos que cuidar dela, senão daqui uns anos não têm mais nada. Tu vai retirar da terra o que precisa, mas tem que dar algo em troca também” – AR3.

Nota-se aqui a reprodução da ideia de responsabilidade para com as gerações futuras. Embora esse discurso tenha sido enunciado, ao longo do tempo, sobre o prisma de garantir que as futuras gerações tenham asseguradas a qualidade de suas vidas por meio da disponibilidade dos “recursos”, e a partir disso, garantir a perpetuação da espécie humana, num tom notadamente antropocêntrico, nos depoimentos dados pelos agricultores entrevistados a intenção pareceu uma tentativa de estabelecer uma relação sincera de reciprocidade.

“A gente tem que se perguntar que mundo a gente quer deixar pras gerações futuras. Pros filhos, pros netos... eu penso que tem que ter essa consciência de cuidar da natureza pra ela sempre poder dar pra gente o que a gente precisa, é uma troca. E tem outra coisa, pra fazer direito tem que estudar, tem que aprender novas técnicas, tem que participar de cursos, tem que inovar. Não dá pra ficar parado” – AR1

A agricultura é uma atividade cultural e, como tal, trata-se de uma construção humana. Imbricados aí estão o sentimento de afinidade com o estilo de vida e de pertencimento à

realidade no campo. Outro ponto a considerar, que também pôde ser percebido nas entrevistas, é que, em alguns casos, o contato com o natural exerce uma influência quase terapêutica, já que promove um sentimento profundo de bem-estar:

“O meu preço é igual ao dos outros (produtos convencionais). Quero que todo mundo possa pagar por um alimento decente, saudável. Eu e meu marido pensamos que se é pra pensar só no dinheiro nem adianta produzir assim, tem que ter amor por isso, entendeu?!” – L1

“Isso aqui é gratificante. Tem gente que paga pra fazer as coisas que eu faço todos os dias. Que sai de férias e fica perto da natureza. Eu, todos os dias, mexo na terra, ouço os passarinhos, como bergamota direto do pé...” – AR4

“Aqui na minha casa, na terra tu já vê os insetos, as minhocas. Também tem abelhas. Parece que as abelhas estão sumindo por causa dos agrotóxicos e elas são importantes pra polinização. Aqui é só olhar e ver... até os passarinhos cantam mais”. – L4

Aspectos de cunho econômico:

O mercado de produtos produzidos de forma sustentável está crescendo. Cada vez mais os produtos “amigos da natureza”, principalmente os alimentos (já que trazem benefícios para a saúde do corpo humano), são procurados pelos consumidores. Inserir-se neste novo mercado é uma oportunidade de aumentar significativamente a renda familiar. Além disto, as políticas públicas têm estimulado a produção orgânica e demonstrando a sua valorização, sobretudo através do PAA e PNAE, pagando até 30% a mais por produtos oriundos desta. Muitos depoimentos, principalmente em Colinas, citavam o progresso econômico da família e a melhoria das condições de vida.

“Claro que é importante que traga algum retorno financeiro. Se a gente só tivesse perdas com certeza teríamos que repensar isso aí (produzir ecologicamente), até porque temos filhos para sustentar. Mas a questão vai além disso” – L2

“Já perdi muito por causa da chuva. Outra coisa é a cenoura. Eu não sei o que tem com a terra aqui, mas cenoura não dá. Já tentei muitas vezes e agora desisti. Mas tudo o que vinga eu vendo. Não sobra nada, nada. Às vezes a feira nem abriu e tem gente esperando”. – AR3

Alguns aspectos *essencialmente econômicos* também foram presenciados. A transição para algum modelo de agricultura de base ecológica requer esforços braçais e mentais, já que necessita mais trabalho físico (afinal, capinar exige mais esforço do que colocar agrotóxico) e maior conhecimento teórico sobre as condições climáticas apropriadas, período de plantio,

germinação. Portanto, optar por produzir segundo os princípios ecológicos pode ser uma escolha difícil, ainda mais se não há motivações segundo crenças pessoais. No entanto, o relativo atraso econômico e social de determinada região, ou mais especificamente, de algum município, como Colinas, pode influenciar nesta decisão:

“Agora com o PAA e o PNAE a renda aumentou. E é justo né, já que a gente trabalha acaba trabalhando mais. Com o dinheiro a gente já trocou de caminhonete”. – C1

“Eu penso como vou manter minha guria aqui. Ela é adolescente e quer as mesmas coisas da cidade, então eu tenho que dar pra ela isso pra que ela entenda que mesmo aqui ela pode ter uma vida normal. A minha renda aumentou 25% ano retrasado e mais 25% ano passado e aí eu comprei um iphone para ela” – C4.

Aspectos relacionados às influências externas:

As influências externas são, de um modo geral, imprescindível para a expansão da produção ecológica. Foi através dos movimentos ambientais, dos discursos internacionais e dos estudos científicos (ou seja, de influências externas) que a população mundial começou a debater o assunto e a rever suas atitudes. Mas, mais especificamente, é possível perceber que as organizações de assistência técnica têm um papel fundamental neste processo. Ao poder contar com pessoas que, supostamente, vão orientá-lo e ajudá-lo na transição de métodos convencionais para métodos sustentáveis, tem-se mais segurança para seguir em frente:

“A Emater ajuda muito. Vem aqui, ensina, explica e me aconselha a fazer assim ou assado. É muito bom. Há uns cinco anos o prefeito da época começou a incentivar a produção orgânica e a vizinhança toda aqui percebeu os benefícios. Aí fizemos a transição”. – C3

A interação entre os membros de um grupo de agricultores contribui para o enriquecimento do conhecimento sobre a produção ecológica. O apoio dos colegas influencia os demais a participarem, por exemplo, de reuniões, palestras e seminários, fazendo-os aprofundar o gosto por práticas ecológicas. Desse modo, o coletivo possibilita a aderência de outras pessoas e, mais importante, a permanência delas.

“A gente [membros do Grupo de Ecologistas do Forqueta] sempre conversa sobre novas pesquisas e sobre tudo que tem a ver com o assunto. Esses dias mesmo uma das agricultoras me ensinou a fazer a biomassa de banana verde. É importante esse apoio e a troca de saberes” – AR4

“Imagina, a Sueli saía de casa de trator só pra comprar rúcula em Estrela. Aí eu falei pra ela: mulher do céu, porque tu não usa o espaço embaixo da bancada de morango pra plantar tuas rúculas? Ela disse que nunca tinha pensado nisso” – C1

Por outro lado, quando não há constituição de um grupo coeso, mesmo que seja um grupo informal, a tendência é de haver uma oposição à adoção de novas técnicas. É o que acontece em Lajeado. Além de haver descaso da prefeitura municipal em disponibilizar algumas ferramentas e da falta de extencionistas para prestar assistência, não há união por parte dos agricultores. Segundo os depoimentos, há muita resistência por parte dos agricultores a aderirem práticas sustentáveis, seja por medo, preconceito ou comodismo.

“Aqui [Lajeado], tá assim por isso. Os agricultores não são nada unidos. Uns estão acomodadas, têm medo de inovar. E outros não compartilham os conhecimentos que têm porque têm medo que o outro faça igual e se dê bem. São egoístas e querem guardar só pra si o que sabem” – L2

*“Não tem uma união dos produtores de Lajeado porque eles vivem apenas disso. Ao contrário de outros municípios, onde os agricultores que se associam têm na produção orgânica apenas um *hobby*¹⁸” – L4*

Aspectos de cunho político – organizativo:

O desenvolvimento dos “circuitos regionais”, que integrem produção e consumo em nível local ou regional, possibilitam o fortalecimento da agricultura familiar, de pequenas e médias agroindústrias e a redução de custos de transporte. Além disso, através da venda direta, principalmente em feiras municipais, promove a transparência das relações sociais quando permite que os cidadãos possam conhecer e participar das relações que envolvem o processo. Essa necessidade de rediscutir o papel do mercado como mediador exclusivo das relações sociais foi mencionada:

“Nós temos que resistir e a agroecologia é um grito de resistência. Senão vêm os gigantes do agronegócio e nos engolem” – AR4

“Os meus clientes conhecem a minha propriedade, né. Sabem como eu produzo. Confiam em mim. Eles chegam na feira e sabem o que estão comprando. É a confiabilidade, né!” – L1

¹⁸ No entanto esta colocação é equivocada. Os agricultores entrevistados em Arroio do Meio e Colinas não têm a produção ecológica como *hobby*. Ao contrário, ela é a única fonte de renda para 50% dos agricultores entrevistados nestes municípios.

4.3.2 Quanto às dificuldades

Entre as dificuldades encontradas, as mais citadas foram: a operacionalidade do trabalho; o conhecimento técnico de como produzir, sobretudo das interações ecológicas; a falta de assistência técnica e a produção ecológica em larga escala.

Operacionalidade do trabalho:

A produção de base ecológica exige mais do agricultor. Fora a necessidade do conhecimento teórico para tornar a produção mais eficiente, há maior necessidade de esforço físico. Isso significa que a energia destinada ao trabalho, na produção ecológica, deve ser superior, porque ao invés de colocar agrotóxico, capina-se, e ao invés de adubar o solo de forma química, deve-se colocar esterco. O fato de ter que executar um trabalho mais braçal desestimula alguns agricultores, sobretudo os de mais idade, a produzirem de maneira 100% ecológica. Estes agricultores são aqueles cuja motivação é baseada, principalmente, em questões econômicas. Por outro lado, ainda que sejam reconhecidas as dificuldades quanto à operacionalidade do trabalho na agricultura de base ecológica, os agricultores cujas motivações estão pautadas em aspectos relacionados à saúde, natureza ou de cunho político-organizativo, não percebem estas dificuldades como empecilho para a produção ecológica.

Conhecimento de como produzir:

Para citar um exemplo, cita-se o caso do moranguinho. Há um ácaro que ataca a planta do morango. Na agricultura convencional esse problema seria solucionado utilizando-se algum agrotóxico (acaricida). Na agricultura de base ecológica, por outro lado, é encontrar alternativas distintas desta. A Universidade de Lajeado (Univates) desenvolveu um ácaro predador que se alimenta do ácaro que ataca a planta do morango. A Emater buscou os ácaros na Univates, os levou até a propriedade da entrevistada L1 e a auxiliou a “coloca-los nas plantas”. A utilização desse ácaro predador contribuiu para uma excelente safra de morangos.

Isto demonstra claramente que, assim como a agricultura convencional, a viabilização de uma proposta de agricultura ecológica é um ato coletivo. Podemos perceber, diante disso, que do ponto de vista técnico, foi a interação de vários conhecimentos que possibilitou o sucesso da safra. O conhecimento individual do agricultor e do técnico, sem o conhecimento dos biólogos da Universidade local, não teria implicação válida sobre a produção de morangos.

Assistência técnica:

Ainda no caso dos moranguinhos, a entrevistada L1 foi a única agricultora de Lajeado a fazer uso do ácaro predador. Nenhuma outra propriedade de produção de base ecológica obteve a intermediação da EMATER para que o contato entre os agricultores e a Univates acontecesse. Relatos de agricultores lajeadenses citaram o descaso da prefeitura e a falta de preparo e conhecimento da Emater.

Agricultores acreditam que a escassez de técnicos qualificados para a assistência aos agricultores acaba por limitar o crescimento da agricultura orgânica. Portanto, "sem orientação de técnicos, os produtores têm dificuldades em aproveitar as tecnologias para produção de orgânicos." (BUAINAIN; BATALHA, 2007, p. 67). Cabe ressaltar o envelhecimento do campo como possível causa deste pensamento. Atualmente o campo é constituído, majoritariamente, por pessoas de mais idade, o que implica em maior receio em aderir novas práticas agrícolas, principalmente sem o auxílio técnico e a garantia de sucesso. Sem falar na suposta exigência de maior esforço físico.

Ao contatar o secretário municipal da agricultura, em Lajeado, fui informada sobre a resistência dos produtores em aderirem métodos alternativos, no entanto, em nenhum momento ele soube dizer a razão das resistências. Percebe-se, nesse sentido, a necessidade e a importância de realizar pesquisas na área para promover a agricultura orgânica.

Produção ecológica em larga escala:

Ainda que existam agricultores interessados em realizar a transição para um modelo de produção ecológica, o fator "rendimento físico", que reflete no rendimento econômico, acabando por afastá-los, já que muitos acreditam que o primeiro é muito superior ao segundo.

Contrariando esse argumento, existem alguns trabalhos comparando o rendimento físico entre a agricultura convencional e a agricultura ecológica. No Rio Grande do Sul foi realizado um estudo pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), em São Lourenço do Sul, comparando o rendimento de batata (*Solanum tuberosum*) nos dois modelos de produção. Os resultados foram os seguintes: 6 ton/ha para o cultivo convencional e 7,2 ton/ha para a produção orgânica. Contudo, é importante ressaltar que foram levados em conta os resultados de uma única safra, em 1997, e que foi um ano "atípico", com excesso de chuva no verão (SURITA; WEIGARTNER, 1998 *apud* PAULUS, 1999). Em anos "normais", considerando o rendimento médio do cultivo da batata é de 9000 kg. Assim, a diferença tenderia a diminuir. Outros estudos realizados também apontaram para o alto potencial produtivo das variedades locais.

Ainda que os dados expostos sejam indicativos do potencial de práticas sustentáveis de agricultura, não é possível creditá-los como resultados padrão. Tem-se que levar em conta a variabilidade nas condições ecológicas e socioeconômicas em cada caso específico. De outro modo, é consenso entre técnicos e produtores que, no período de transição da agricultura moderna para modelos alternativos, ocorra a diminuição de (cerca de) 30% do rendimento físico da produção nos dois primeiros anos.

O milho e a soja e a criação de animais frequentemente contam com o apoio de métodos convencionais para obter sucesso financeiro, principalmente por serem produzidos em maior escala. Alguns agricultores do município de Colinas, paralelamente à produção de orgânicos, plantam milho e soja de maneira convencional. Alguns, ainda, possuem animais que recebem hormônios e se alimentam do milho e da soja. O esterco para adubar a produção orgânica, por sua vez, provém destes animais. Ou seja, embora haja uma produção orgânica de hortaliças, por exemplo, a sustentabilidade por si mesma não desperta tanto engajamento. O argumento para tal “contradição” é de que o milho e a soja são cultivos muito difíceis de produzir de forma orgânica, então preferem os métodos convencionais. E também “não dá para esperar o tempo natural dos animais, então é preciso apelar para os hormônios”.

CONCLUSÕES

Não se pode mais ignorar que os dilemas sociais e ambientais têm ampliado a necessidade de discutir e refazer a relação dos humanos com seus semelhantes e com suas alteridades não humanas. Estabelecer uma nova relação entre humanos e natureza parece ser a melhor alternativa para ambos, mas esta transformação deve partir dos sujeitos humanos, já que somente eles podem agir efetivamente sobre essa relação. Algumas pessoas já fizeram a sua escolha e optaram por uma vida mais equilibrada com o meio natural. É o caso dos agricultores de base ecológica do Vale do Taquari.

As Representações Sociais correspondem ao arranjo de forças resultantes de características socioculturais, econômicas, organizativas e, também, de assistência técnica e políticas públicas, já que estas contribuem para a construção de novos processos, ações e pensamentos. As especificidades de cada região definem o padrão ecológico resultante. Nesta pesquisa, foi preciso afunilar ainda mais, chegando aos municípios – que apresentam ruralidades muito distintas entre si e, conseqüentemente, diferenças na maneira de pensar e agir sobre o meio natural – para, somente depois, concluir quais as Representações Sociais sobre a natureza entre Agricultores de Base Ecológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

As experiências de práticas agrícolas vivenciadas segundo os princípios ecológicos apontam para dois caminhos distintos, mas que em dado momento se encontram: se não há princípios grosseiramente antropocêntricos, já que rompem com a ideia de natureza à disposição absoluta da humanidade, também não há nenhuma atitude puramente altruísta em relação a ela [natureza].

Os agricultores de base ecológica do Vale do Taquari valorizam a natureza e reconhecem a necessidade da preservação ambiental, confirmando a hipótese central de que há, por parte dos agentes estudados, uma noção de natureza como organismo vivo dotado de valor intrínseco. Entendendo que, neste caso, o “valor intrínseco” corresponde à importância dos “recursos” naturais para a humanidade em sua totalidade. Ou seja, seu valor existe dada a importância de seus elementos para a vida humana.

Produzir de forma sustentável é, ao mesmo tempo, agir coletiva e positivamente sobre o meio e contribuir, desse modo, para a construção de uma sociedade mais saudável e equilibrada. A natureza é fonte dos recursos necessários para a vida humana e daí a sua majestuosidade: “ela é a vida!” e sem ela a humanidade não resistirá ao futuro. Por ser fundamental para a vida de todos os humanos, ela é um bem público e não individual.

Portanto, é imperativo agir de tal modo que os efeitos da ação humana, no presente, sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana, no futuro, com abundância de recursos e a consequente garantia de uma vida autêntica e com qualidade. Desse modo, a solidariedade para com a natureza é imprescindível para a sobrevivência da humanidade, o que confirma também as hipóteses de que, dentre as motivações para a produção ecológica, estavam a preocupação com a saúde humana e com as possibilidades das gerações futuras.

No entanto, ainda que a natureza seja valorizada, em nada se assemelha às RS dos povos andinos, cujo ideal de vida, “o bem viver”, prega a ética da suficiência para todos os elementos da comunidade terrenal, onde todos os seres são igualmente importantes para o equilíbrio e a comunhão com a “Pachamama”. Para os povos andinos o “valor intrínseco” da natureza diz respeito à sua essência, ou seja, à sua alma, diferentemente do que pensam os agricultores de base ecológica do Vale do Taquari, em que o “valor intrínseco” da natureza está mais relacionado a sua espontaneidade física, já que não é possível controlá-la e nem viver fora dela. Para além dos “recursos” dos quais a humanidade depende, ainda tem-se a questão da promoção do bem-estar que ela gera entre os humanos, já que os grandes centros urbanos produzem, além da poluição ambiental, poluição sonora e visual. Ou seja, ainda exerce um poder quase terapêutico.

Pode-se dizer, nesse sentido, que sempre se prioriza os interesses humanos. Se for preciso agir sobre o meio natural para sanar as necessidades das sociedades modernas, mesmo que os efeitos sejam danosos, assim será feito. O meio natural é, portanto, utilizado principalmente para suprir as necessidades das sociedades modernas. É o caso dos agricultores que encontraram na produção ecológica uma maneira de resistir frente aos avanços das agroindústrias. Também é o caso dos agricultores que produzem hortaliças orgânicas e, paralelamente, produzem de forma convencional o milho e a soja, demonstrando que a natureza é importante e igualmente importante é preservá-la, mas apenas na medida em que isto não cause nenhuma perda econômica. A existência de um mercado em potencial para os produtos orgânicos é uma das causas por trás do produzir de forma ecológica, sobretudo para aqueles que vivem em uma região de relativo atraso econômico e social. Há, através da produção ecológica, a oportunidade de ascender economicamente e, assim, corresponder às expectativas da modernidade (aumentando-se a qualidade de vida através do poder de compra).

Permanecer no espaço rural, produzindo segundo princípios ecológicos, pode ser promissor e, ao mesmo tempo, trazer bem-estar à população. Além de resgatar a agricultura desgastada em função da industrialização, contribui para a regeneração dos “recursos” e

alcança a sustentabilidade cultural, econômica, política, social e também ecológica. Percebeu-se uma estreita relação entre a opção pela produção ecológica e valores: além da confiabilidade na origem do alimento, palavras como consciência, ética e responsabilidade foram muitas vezes citadas, indicando que o produzir sustentável vai muito além de questões técnicas e econômicas. É possível concluir, portanto, que a consciência emergente do pertencimento à natureza, da existência de risco para as gerações futuras e da responsabilidade para com elas, tem sensibilizado as pessoas, resultando no que podemos chamar de “sensibilidade ambiental”.

Ao concluir este trabalho percebe-se que a explicação sobre as motivações da produção de base ecológica podem levar à sensação de haver mais RS sobre a própria produção ecológica do que sobre a natureza. Ainda que se entenda que para compreender as RS de determinado objeto é preciso considerar, antes de tudo, a forma como o grupo age frente a este objeto, a falta de aprofundamento do conteúdo apreendido empiricamente pode ocasionar equívocos. No entanto, o presente trabalho dá subsídios para que sejam suscitados outros estudos. Além disso, contribui para a promoção do debate entre movimentos ecologistas, poderes públicos, universidades e agricultores (ecológicos ou convencionais) sobre o interesse ou o desinteresse na produção de base ecológica.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P. C. C. **Imagens de natureza, imagens de ciência**. São Paulo: Ed. Papyrus, 1998.
- ALMEIDA, J. Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre, 1989. 274 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós Graduação e Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ALMEIDA, J. **Tecnologias agrícolas “alternativas”**: nascimento de um novo paradigma? Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 19, n.2, p.116-131, 1998.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2009, v.1, p. 33-55.
- ALMEIDA JR., A R. de. A Planta Desfigurada – crítica das representações como máquina e como mercadoria. Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: 1995. 175 p. (Tese de Doutorado).
- ALTIERI, M. **Agroecologia** – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, 110p.
- ASSIS, R. ROMEIRO, A. **Agroecologia e agricultura orgânica**: controvérsias e tendências. *In*: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80. jul./dez. 2002. Editora UFPR.
- ASSIS, R. ROMEIRO, A. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. *In*: Rev. Adm. Pública, v.41, n. 5, Rio de Janeiro, set./out. 2007.
- BDR – **Banco de Dados Regional Vale do Taquari** – Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari. Lajeado: Univates, 2008
- BOFF, L. **Princípio-Terra** – a volta à Terra como pátria comum. São Paulo: Ática, 1995. 80f.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2012
- COLLINGWOOD, R. **Ciência e filosofia**: a ideia de natureza. Tradução: Frederico Montenegro. Rio de Janeiro, Martin Fontes, 1976.
- DELGADO, G. **Do capital Financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965 a 2012). POA, Editora da UFRGS, 2012, pp. 111-120
- DUKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974.
- ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento?. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Trad. Júlio César C. B. Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79.
- SÁ, C.P.A. **Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

- FERRY, L. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. Trad: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p. 252.
- FLEURY, L. **Cerrado para ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Porto Alegre, 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Editora Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. Traduzido por Álvaro Hattner. São Paulo. Editora: UNESP, 1996, 296p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLIESSMAN, S. A necessidade de sistemas de produção sustentáveis de produção de alimentos. *In:* GLIESSMAN, S. A. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** POA, UFRGS, 2000, p. 33 – 59.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In:* **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** São Paulo, Unicamp, 1996, p. 1-40.
- HORLINGS, L. MARDENS, T. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. *In:* Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 142 – 178.
- JONAS, H. **El principio del responsabilidad:** ensayo de una ética para la civilizacion tecnológica. Barcelo: Herder, 1995.
- JONAS, H. **Técnica, medicina y ética.** Barcelona: Paidós, 1997.
- JONAS, H. **O princípio da responsabilidade:** ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.
- JONAS, H. **Memórias.** Madrid: Losada, 2005.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. (Coleção TRANS).
- LATOUR, B. **Políticas da natureza:** como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, 23, 1991, pp. 7-38.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar. 1978. 291 p.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. 404 p.
- OLIVEIRA, M. Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental, 2009. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAULUS, G. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição.** Florianópolis, 1999, p 185. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

PEREIRA, V. **O rural e o carvão: representações sociais em Candiota – RS.** Porto Alegre, 2013. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Portal AOPEB Bolívia. Disponível em:

<http://www.aopeb.org/index.php?option=com_content&view=article&id=202:ley-de-derechos-de-la-madre-tierra&catid=52:noticias-aopeb&Itemid=26>. Acessado em: 20 de abril de 2015.

PREMEBIDA, A e ALMEIDA, J. Desenvolvimento Rural e Biopoder: reflexões a partir do campo tecnocientífico. *In: Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.2, p. 459-486, mai./ago. 2006.

SPINK, M. O estudo empírico das Representações Sociais. *In: Spink, Mary Jane (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85 – 108.

RAYNAUT, C. **Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p. 21-32.jul./dez. 2004. Semestral.

RAYNAUT, C. **As relações de ser humano/natureza: a arqueologia social de uma ruptura.** 2006.

RUMOS 2015, 2006. **Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transporte no Rio Grande do Sul/SCP-DEPLAN; DCAPEP.** Porto Alegre: SCP, 2006

SCHULTZ, G et al. **Agricultura Orgânica na Região do Vale do Taquari/RS: Análise da estrutura de coordenação e gerenciamento da cadeia produtiva de hortaliças orgânicas.** Lajeado – RS, Univates, 2009.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *In: Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago., 2011, p. 24-51.

SPADOTTO, C. GOMES, M. Portal Embrapa. Disponível em:

<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_210200792814.html>. Acessado em: 15 de maio de 2015.

TEGNER, A. A transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica na cooperativa de produção e comercialização vida natural (Picada Café, RS). Picada Café, 2013. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 16 – 31.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Associações ao objeto de representações por indução de palavras:

1. Quando eu falo a palavra NATUREZA o que vem na sua mente?
2. E a palavra AGRICULTURA?
3. E quando eu digo ECOLOGIA, a que você associa?

Questões para a entrevista:

4. Qual o histórico da família na agricultura?
 5. Como você define sua produção? Quais as características?¹⁹
- Obs: a partir da definição (pelo entrevistado) da produção, foi utilizado no restante da pesquisa o mesmo termo. Por exemplo: produção orgânica.
6. Quando iniciou as atividades de produção orgânica?
 7. Por que produzir de forma orgânica? Quais as motivações?
 8. O que é ser produtor orgânico?
 9. Como é o sistema técnico da produção orgânica?
 10. Há dificuldades em produzir desta forma? Quais?
 11. Há dificuldades na comercialização dos produtos? Quais?
 12. Quais as vantagens e desvantagens de ser produtor orgânico?
 13. Você possui certificação? E você acha importante tê-la? Por quê?
 14. O que você pensa sobre a utilização de máquinas e insumos químicos? Já os utilizou?
 15. Como ocorreu a transição de um modelo para o outro?
 16. Quais as diferenças dos produtos orgânicos e dos produtos transgênicos?
 17. Vocês consomem produtos que não são produzidos de forma orgânica? Se não, por quê?
 18. Quais os benefícios dessa produção para a natureza?
 19. Você acha importante preservar a natureza? Por quê?
 20. Estar em meio à natureza te provoca algum sentimento? Qual?

¹⁹ A partir da definição da produção, dada pelo entrevistado, foi utilizado o mesmo termo para o restante das perguntas. Por exemplo: produção orgânica.

Organização das perguntas quanto ao nível de análise abordado

Perguntas referentes à dimensão da INFORMAÇÃO:

Como é o sistema técnico da produção orgânica?

Há dificuldades em produzir desta forma? Quais?

Há dificuldades na comercialização dos produtos? Quais?

Quais as vantagens e desvantagens de ser produtor orgânico?

Você possui certificação? E você acha importante tê-la? Por quê?

Quais as diferenças dos produtos orgânicos e dos produtos transgênicos?

Quais os benefícios dessa produção para a natureza?

Perguntas referentes à dimensão da ATITUDE:

Quando iniciou as atividades de produção orgânica?

Qual o histórico da família na agricultura?

Como ocorreu a transição de um modelo para o outro?

O que você pensa sobre a utilização de máquinas e insumos químicos? Já os utilizou?

Vocês consomem produtos que não são produzidos de forma orgânica? Se não, por quê?

Você acha importante preservar a natureza? Por quê?

Perguntas referentes à dimensão do CAMPO REPRESENTACIONAL:

Como você define sua produção? Quais as características?

Por que produzir de forma orgânica? Quais as motivações?

O que é ser produtor orgânico?

Quando eu falo a palavra NATUREZA o que vem na sua mente?

E a palavra AGRICULTURA?

E quando eu digo ECOLOGIA, a que você associa?

Estar em meio à natureza te provoca algum sentimento? Qual?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa “**As Representações Sociais sobre a natureza entre Agricultores Ecológicos do Vale do Taquari - RS**”.

Esta pesquisa é pré-requisito para a conclusão da minha graduação em Ciências Sociais. Suas respostas serão gravadas para posterior transcrição. Seu nome não será usado para o trabalho.

No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora, por meio dos quais poderá entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas da pesquisa e de sua participação.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Jalcione Almeida

Pesquisadora responsável: Athina Louise Schmitt

Endereço: Rua Hélio Martins Gravina, 224, Lajeado - **Telefone:** (51) 9956-3838.

Assinatura da Pesquisadora

Eu, _____ (nome do entrevistado(a)), declaro que li as informações contidas neste documento, fui devidamente informado(a) pela pesquisadora Athina Louise Schmitt dos procedimentos que serão utilizados. Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste documento.

Assinatura do Entrevistado (a)